

DOCUMENTAÇÃO

ANEXA

Anexo A

Imagens dos trabalhos de Oscar Newman.

Anexo B

Quadros: abordagem 3D de Crowe e processo SARA de Zahm.

Anexo C

Check list: esquematização do ordenamento do espaço

Guia de trabalho para planeamento e ordenamento de espaços urbanos seguros

Anexo D

Tabelas e gráficos da Criminalidade

Anexo E

Imagens do Bairro Amarelo da Bela Vista

Anexo F

Análise Swot do Bairro

Anexo G

Mapas e plantas do Bairro da Bela Vista

Anexo H

Entrevistas

ANEXO A

Imagens dos trabalhos de Oscar Newman

Imagem 1: Projecto Pruitt-Igoe construído em St. Louis, em 1960



Imagem 2 Corredor comum do 3º andar vandalizado passados 10 anos



Imagem 3: Demolição do Bairro Pruitt-Igoe



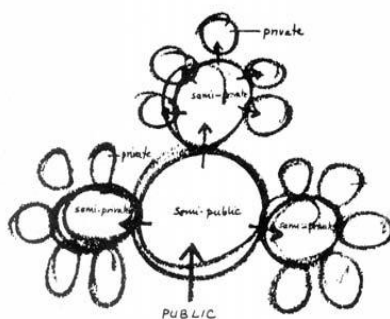
Fonte: Newman, 1996:10

Imagem 4: Complex Carr Square Village, construído ao lado do bairro Pruitt-Igoe



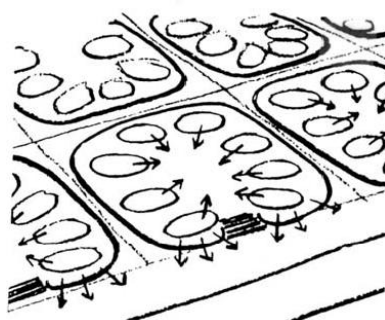
Fonte: Newman, 1996:10

Ilustração 1: Esquema da graduação do espaço



Fonte: Fonte: Newman, 1972

Ilustração 2: Esquema que mostra a ideia de comunidades cerradas



Fonte: Fonte: Newman, 1972

ANEXO B

Quadros: abordagem 3D de Crowe e processo SARA de Zahm.

Quadro 1: Abordagem 3D's de Crowe

Designação	Definição	Desenho
<ul style="list-style-type: none"> •Qual o propósito designado para este espaço? •Inicialmente, qual deveria ser o uso a dar ao espaço? •Quão bem o espaço suporta o seu actual uso? É um uso desejado? •Existe conflito no espaço? 	<ul style="list-style-type: none"> •Como é definido o espaço? •A quem pertence o espaço? É perceptível de forma clara? •onde são os limites do espaço? •Existe sinalização? •Existe conflito entre o propósito para o qual o espaço foi construído e a sua definição? 	<ul style="list-style-type: none"> •Quão bem o desenho físico suporta a sua função pretendida? •Quão bem o desenho físico suporta os comportamentos aceitáveis e desejáveis? •O desenho impede o uso produtivo do espaço ou o funcionamento das actividades?

Fonte: Crowe, 1999:39

Quadro 2: Políticas orientadas para a resolução do problema – Processo SARA

Exploração	Análise	Resposta	Avaliação
<ul style="list-style-type: none"> •Identificação, definição e investigação de um problema existente ou emergente; •Identificação das partes interessadas que devem ser envolvidas na solução do problema; •Marcação de reuniões e actividades necessárias e criar uma agenda de trabalho. 	<ul style="list-style-type: none"> •Reunião das partes interessadas para esclarecer o problema e definir objectivos do processo; •Recolha e análise de dados e informações sobre o problema; •Avaliação das conexões/relações existentes entre o problema e as condições do espaço. 	<ul style="list-style-type: none"> •Estabelecimento dos objectivos a serem alcançados através da implementação das estratégias CPTED; •Identificação de estratégias alternativas para alcançar os objectivos; •Avaliação da viabilidade social, política, jurídica, financeira, tecnológica e de execução de cada estratégia a implementar; •Seleção das estratégias mais promissoras, criação e adopção de um plano que inclua as necessidades financeiras, os recursos necessários, a atribuição de responsabilidades pela execução e fiscalização, bem como um cronograma para a execução desse plano; •Prever uma combinação entre respostas imediatas, melhorias a curto prazo e a longo prazo. 	<ul style="list-style-type: none"> •Acompanhamento dos progressos relacionados com os indicadores de sucesso especificados em cada etapa; •Decisão por uma possível repetição do processo, devido à falta de progressos ou ao surgimento de novos problemas.

Fonte: Zahm, 2007:13

ANEXO C

Checklist: esquematização do ordenamento do espaço

Guia de trabalho para planeamento e ordenamento de espaços urbanos seguros

Checklist: esquematização do ordenamento do espaço

Índice:

1. Condições da vizinhança (zona circundante ao bairro)
 2. Edifícios do bairro
 3. Condições sociais, condições de manutenção e vulnerabilidades do local
 4. Acesso, circulação e estacionamento
 5. Elementos paisagísticos
 6. Iluminação
 7. Vigilância
 8. Sinalização
 9. Instalações e serviços públicos (telefones públicos, WC públicos, parques e reservas)
-

1. Condições da vizinhança:

- Quem vive, trabalha e passa na zona circundante ao bairro?
- Quantidade de pessoas susceptíveis de estarem nesta zona durante o dia, e a noite?
- As condições circundantes e vizinhas têm algum impacto no bairro?
- O bairro afecta positivamente ou negativamente esta zona circundante?

2. Edifícios do bairro:

- As entradas e saídas dos edifícios são visíveis a partir das zonas de estacionamento e dos passeios?
- Quantas entradas tem um edifício?
- existem acessos para telhado?
- Existem corredores ou galerias que ligam os edifícios entre si?
- Existem muros, praças, paredes?
- Existem lugares que sirvam de esconderijos?
- Quantidade de pessoas ou famílias em cada edifício?
- Cores e materiais?
- Os edifícios encontram-se degradados e vandalizados?

3. Condições sociais, de manutenção e vulnerabilidades do local:

- Quem vive, trabalha ou utiliza o bairro?

- Verifica-se o contacto entre vizinhos (tendo em conta a altura dos edifícios, nº de casas por entrada; unidades habitacionais por blocos e nº total de blocos)?
- Existe diferenciação clara entre espaço público e privado, ou seja clarificação de responsabilidades?
- As zonas privadas e semiprivadas encontram-se fechadas?
- Verifica-se um sentimento de propriedade por parte dos residentes?
- Existe participação dos utilizadores do espaço na gestão e manutenção do espaço?
- O bairro está fechado sobre si?
- Qual a hora do dia em que o espaço do bairro é susceptível de ser utilizado?
- Níveis de deterioração?
- Qual a qualidade do ambiente (odor, ruído, lixo.)?
- Existe na proximidade do bairro lugares de entretenimento (bares, discotecas, cafés)?
- Quais são os principais alvos?
- Quais as defesas de potenciais alvos?
- Existem dispositivos de segurança (alarmes, CCTV...)?

4. Acesso, circulação e estacionamento:

- Quantos acessos existem para o bairro?
- Existe um grande nº de acessos fáceis?
- Existe conflito entre o acesso ao bairro e o normal fluxo de trânsito nas ruas adjacentes?
- O movimento pedestre é separado do tráfego automóvel (isolamento)?
- Existem parques de estacionamento no local, orientados para permitir uma vigilância natural?
- Existem paragens de autocarros? Onde se encontram?
- Como acedem as pessoas ao bairro? A pé? De carro? De autocarro?
- Vias de fuga para potenciais vítimas?
- Vias de fuga para os infractores?
- Verifica-se a presença de grupos (ex: consumidores de droga)?
- Verifica-se alguma concentração de jovens e crianças com idades inferiores a 25 anos (delinquência juvenil)?
- Quais os lugares onde se concentram estes grupos?

5. Elementos paisagísticos:

- Existem árvores, arbustos ou outras plantas? Onde estão colocados?
- Estes elementos suprimem a visibilidade das entradas e saídas?

6. Iluminação:

- Onde são localizados os postes de iluminação?
- Existe iluminação adequada em torno:
 - ✓ Fachadas dos edifícios;

- ✓ Entradas dos edifícios;
- ✓ Praças;
- ✓ Passeios;
- ✓ Parques de estacionamento;
- ✓ Paragens de transportes públicos;
- ✓ Telefones públicos;
- ✓ Sinais;
- ✓ WC públicos;
- ✓ Zona envolvente ao bairro.

- A altura dos postes é a adequada?
- Os elementos paisagísticos bloqueiam a luz que incide nos edifícios e nas ruas?
- A iluminação pública é adequada e apropriada para a área?
- A iluminação permite que seja possível ver uma grande área?

7. Vigilância:

- Existe uma constante presença de pessoas (utilizadores do espaço e residentes)?
- Existe uma supervisão formal (polícia)?
- Onde está instalada a Esquadra da PSP?

8. Sinalização:

- Os percursos pedestres estão claramente definidos?
- Existe uma boa sinalização para dar uma orientação eficaz?
- Esta sinalização encontra-se vandalizada?

9. Instalações e serviços públicos (telefones públicos, WC públicos, parques e reservas):

- Onde está o telefone público mais próximo?
- É acessível a qualquer pessoa que precisa usá-lo? (tais como crianças ou pessoas com deficiências)
- Existem WC públicos e estão acessíveis a todas as pessoas que podem querer usá-los?
- Estas instalações públicas estão bem sinalizadas e são de fácil leitura e compreensão?
- Existem parques ou jardins na região?
- Estão em bom estado de conservação?
- Qual é a utilização dada a estes espaços?
- São espaços degradados e vandalizados?
- São espaços visíveis das ruas e dos edifícios?
- Quem usa a área com mais frequência?

Fonte: produção própria, 2009

Guia de trabalho para planificar e desenhar espaços urbanos seguros

1. Recomendações para parques, praças, praças e passeios:

Postes de iluminação:

- Devem estar distribuídos de acordo com o uso do espaço, para que proporcionem uma iluminação homogénea, sem zonas de obscuridade.
- Devem possuir uma intensidade de luz suficiente, de maneira a ser possível distinguir de forma nítida as feições de uma pessoa a uma distância de 15 metros (distância mínima para dar tempo de reacção frente a uma percepção de risco).
- Devem estar protegidos contra possíveis actos de vandalismo, possuindo já desenhos espaciais e materiais de resistência elevada.
- Devem possuir uma altura que dificulte o acesso à sua destruição (altura mínima 3 metros).
- Não deverão ser encobertos por obstáculos, tais como árvores ou arbustos.

Árvores e arbustos:

- Devem-se podar as árvores e os arbustos para que não se afecte a iluminação do espaço.
- A folhagem das árvores não deverá bloquear o campo visual das pessoas, não devendo encontrar-se a menos de 2,20 metros de altura.
- A vegetação deve ser mantida correctamente de maneira a não bloquear o campo de visão dos utilizadores do espaço, especialmente, em espaços públicos.

Bancos e assentos:

- Devem ser colocados de forma a não obstruir os percursos pedestres.
- Não devem ser colocados em zonas que oferecem pouca vigilância natural.
- Devem ser colocados postes de iluminação junto dos bancos e dos assentos.
- Devem ser colocados bebedouros e árvores que protejam do sol, para promover a permanência de pessoas que actuam como vigilantes naturais.

Paragens de transportes urbanos:

- Devem estar colocadas de forma a permitir uma boa circulação no seu perímetro.
- Devem ser colocadas em zonas que possibilitem um bom controlo visual.
- Se forem compostas por paredes laterais, estas deveram ser de materiais transparentes, para facilitar o controlo visual dos utilizadores.
- Não deve ser colocada publicidade que bloqueie o campo visual.
- Devem estar bem iluminadas.

- Devem ser compostas por materiais resistentes a actos de vandalismo e de fácil manutenção.

Cabines telefónicas:

- Deve existir pelo menos uma cabine em cada parque, praça, ou praçeta.
- Devem estar correctamente sinalizadas.
- A sinalização deve ser colocada em vários pontos do espaço público para indicar a localização da cabine.
- Devem ser de acesso universal (crianças, adultos, deficientes).
- Devem estar colocadas em locais de fácil acesso e bem iluminados.

Fontes de água e bebedouros:

- Devem estar colocados perto das áreas desportivas e de circulação pedonal.
- Devem manter-se em bom estado de funcionamento e de conservação.

Quiosques e pontos de vendas:

- Devem estar devidamente iluminados;
- Devem ter uma boa visibilidade e, recomendasse a sua localização em locais onde existe pouca vigilância natural;
- Devem estar colocados de modo a que sirvam de refúgio a potenciais ameaças;
- Não deveram obstruir passagens ou impedir a circulação;
- Não devem obstruir os campos visuais, nem criar cantos que sirvam de esconderijos.

Percursos pedestres:

- Em grandes parques e praças devem ser definidas "as rotas de segurança" entre dois ou mais pontos. Estas rotas seguras devem contar com iluminação dirigida, sinalização clara que indique os pontos de entrada e saída, mobiliário que apoie a presença natural de pessoas e vegetação cuidada que não bloqueie a iluminação ou os campos visuais;
- O percurso seguro deve ter uma calçada bem tratada, bem como cores, texturas e / ou símbolos que tornem a esta rota perceptível, especialmente para os idosos e pessoas com deficiência;
- O perímetro de circulação deve ter acesso e controlo visual para o espaço público;
- Os caminhos inseguros devem ser bloqueados, especialmente à noite.

Sinalização:

- Deve sinalizar-se devidamente a localização de telefones públicos, bebedouros, postos de controlo e outros equipamentos que podem ser úteis ou para permitam aos utilizadores pedir ajuda em caso de perigo;
- A sinalização deve ser suficiente para dar a compreender as actividades e os caminhos que existem dentro da área correspondente;

- Os caminhos de pedestres nos espaços abertos devem ser marcados em toda a sua extensão.

Estacionamentos:

- Caso os parques de estacionamento se localizem em espaços públicos devem estar devidamente iluminados e com condições correctas de conexão visual com as áreas de circulação pedestres;
- Deve promover-se a construção de parques de estacionamento em áreas adjacentes aos espaços verdes;
- Deve garantir-se, se possível, quiosques ou outras actividades que permitem a presença natural de pessoas.

Caixotes do lixo:

- Devem colocar-se caixotes para o lixo próximos dos caminhos pedestres e dos bancos, não devendo estar colocados em locais de difícil acesso;
- Devem estar bem iluminados;
- Devem manter-se vazios e bem mantidos, uma vez que caixotes repletos de lixo contribuem para a deteriorização do espaço público.

2. Recomendações para grandes estruturas de equipamentos públicos

Acessos:

- Disponibilizar acessos claramente marcados e iluminados;
- Fortalecer os mecanismos de bloqueio e segurança de portas e janelas;
- Construir sistemas de controlo de acesso;
- Instalar sistemas de vigilância activa (ex: câmaras).
- Entradas e saídas primárias, secundárias e de emergência, devidamente sinalizadas;
- Manter escadas ou outros pontos de escape claro.

Frentes, e revestimento de paredes:

- Iluminação em todos os lados do edifício evitando pontos de escuridão;
- Bastante luz em torno das esquinas sem janelas ou portas;
- A iluminação em todo o perímetro do edifício deve servir também para a segurança dos peões.
- Assegurar um controlo visual do interior para o exterior e vice-versa (janelas, varandas, terraços, etc.);
- Melhorar a conexão visual entre interior e exterior, removendo ou alterando elementos que bloqueiem essa visão, especialmente a partir de dentro;
- Eliminar elementos que permitam subir até às janelas ou a outros pontos de acesso ao edifício;

- Manter as paredes em bom estado de pintura e limpeza, eliminando o "graffiti" e evitando o aspecto de abandono;
- Incentivar o uso de muros destinados para a publicidade iluminada ou para a arte de rua;
- Evitar concavidades nos edifícios que potenciem acumulação de resíduos;
- Proteger o espaço público vazio com elementos tais como plantas, mobiliário urbano, etc;
- Incentivar as actividades com a presença natural de pessoas;
- Promover actividades durante a noite, oferecendo uma presença natural de pessoas.

No interior dos edifícios:

- Existência de mobiliário para incentivar à permanência de pessoas em particular, as sessões do edifício menos viajadas;
- Ter a quantidade necessária de caixotes do lixo, de modo a manter o espaço limpo e a evitar pontos de acumulação de resíduos;
- Instalar telefones públicos, especialmente nas áreas próximas das entradas;
- Organizar percursos pedestres que tenham um campo visual claro;
- Instalar sinalização para orientar os caminhos de forma clara;
- Instalar uma iluminação adequada;
- Instalar sistemas de vigilância activa (por exemplo, câmaras);
- Instalar barreiras nas zonas onde o tráfego de pedestres não é necessário;
- Fortalecer e ampliar a presença de actividades que ligam o interior e o exterior.

Zonas verdes e jardins

- No caso da existência de espaços verdes, jardins ou outros semelhantes entre calçada e rua de acesso e construção, evitar o encerramento de alta e opaco, use tampas transparentes verificar se não estão bloqueadas pela vegetação ou outros elementos;
- Árvores e arbustos aparados em ajustes, jardins e espaços verdes para limpar o campo visual;
- Forneça iluminação adequada na área de transição entre a calçada ou rua do edifício.

Estacionamentos:

- Campos visuais apuradas nos estacionamentos;
- Criar quiosques ou outras actividades que permitem uma vigilância natural ou instalar sistemas de vigilância activa (por exemplo, câmaras);
- Manter boa iluminação, sinalização clara e específica, limpeza e ordem através de caixotes de lixo;
- Manter a vegetação podada sem impedir campos visuais;

- Planear as áreas de estacionamento perto do edifício e visualmente ligados;
- Definir áreas de estacionamento para mulheres, idosos, deficientes em áreas próximas de acessos e com pontos de controlo visual;

Fonte: www.concejalesucr.com, consultado a 10 Dezembro 2009
(tradução da responsabilidade do autor)

ANEXO D

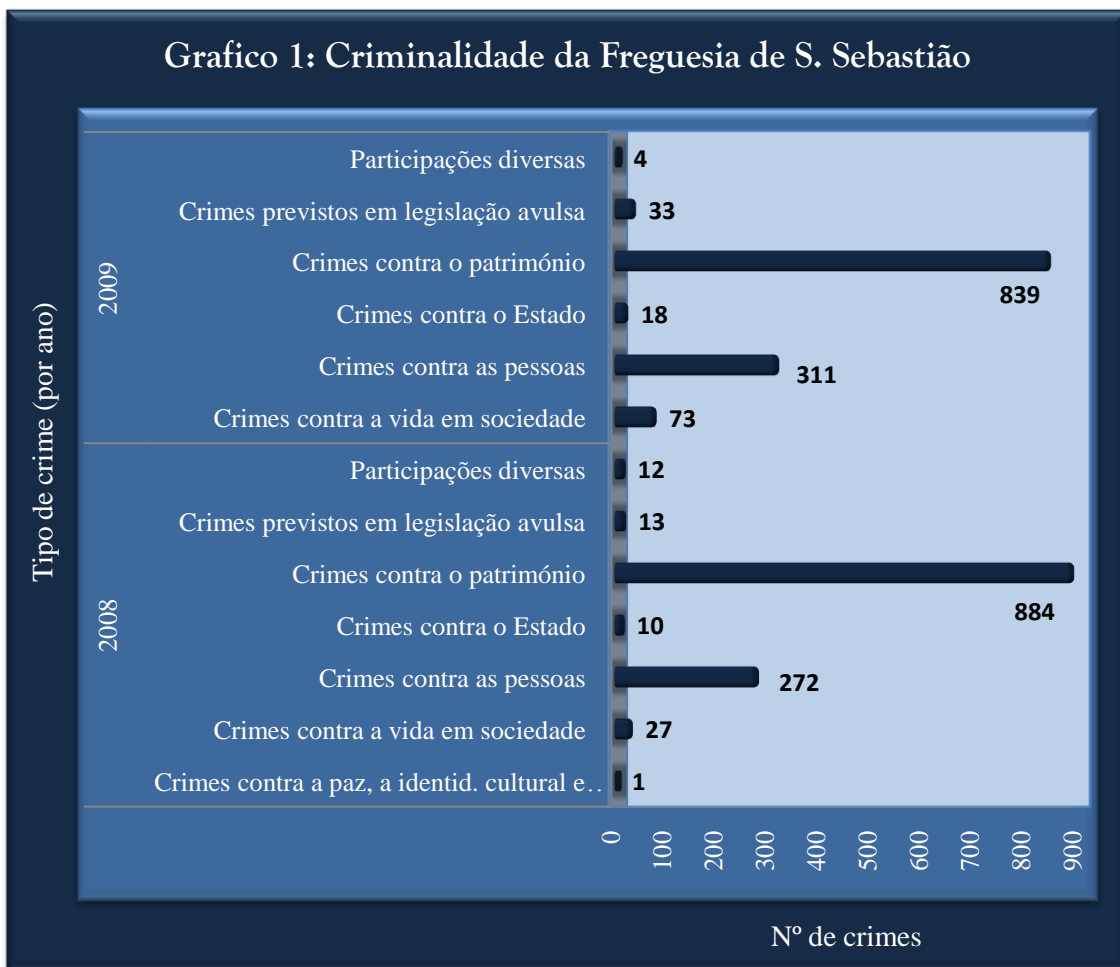
Tabelas e gráficos da Criminalidade

(Fonte de dados: Direcção Nacional da PSP/Departamento de Informações)

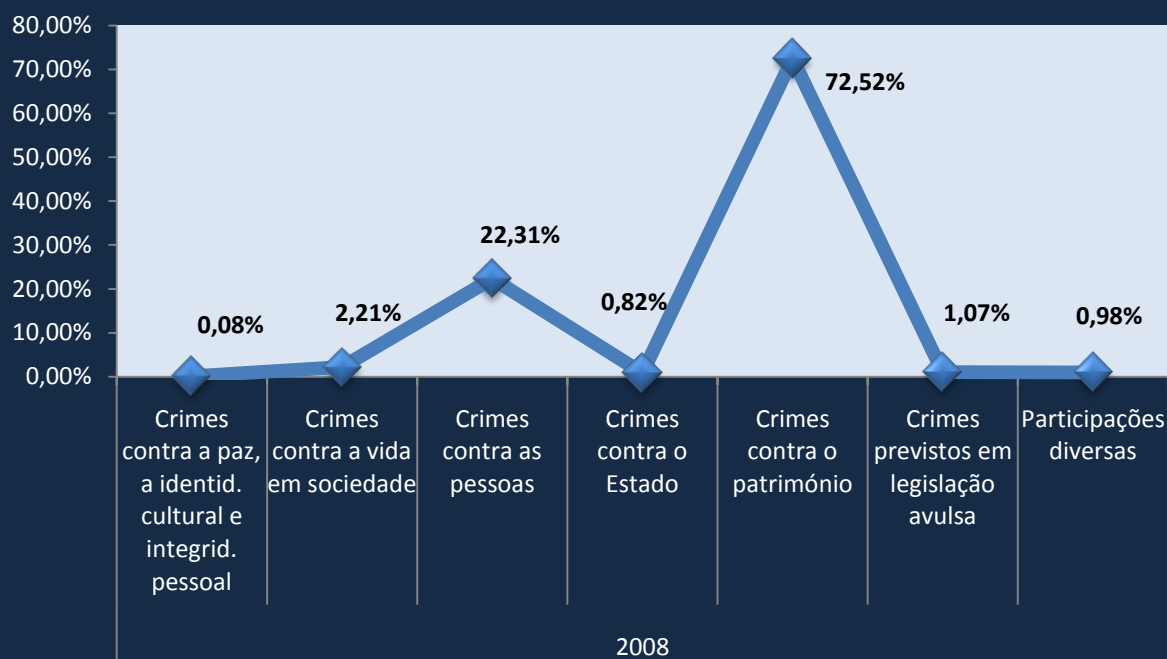
Tabela 1: Criminalidade da Freguesia de S. Sebastião

ANO	TIPO DE CRIME	Total
2008	Crimes contra a paz, a Identidade cultural e Integridade pessoal	1
	Crimes contra a vida em sociedade	27
	Crimes contra as pessoas	272
	Crimes contra o Estado	10
	Crimes contra o património	884
	Crimes previstos em legislação avulsa	13
	Participações diversas	12
Total 2008		1219
2009	Crimes contra a vida em sociedade	73
	Crimes contra as pessoas	311
	Crimes contra o Estado	18
	Crimes contra o património	839
	Crimes previstos em legislação avulsa	33
	Participações diversas	4
Total 2009		1278
Total (2008 e 2009)		2497

Gráfico 1: Criminalidade da Freguesia de S. Sebastião



**Gráfico 2: Percentagem de crimes da Freguesia de S. Sebastião
2008**



**Gráfico 3: Percentagem de crimes da Freguesia de S. Sebastião
2009**

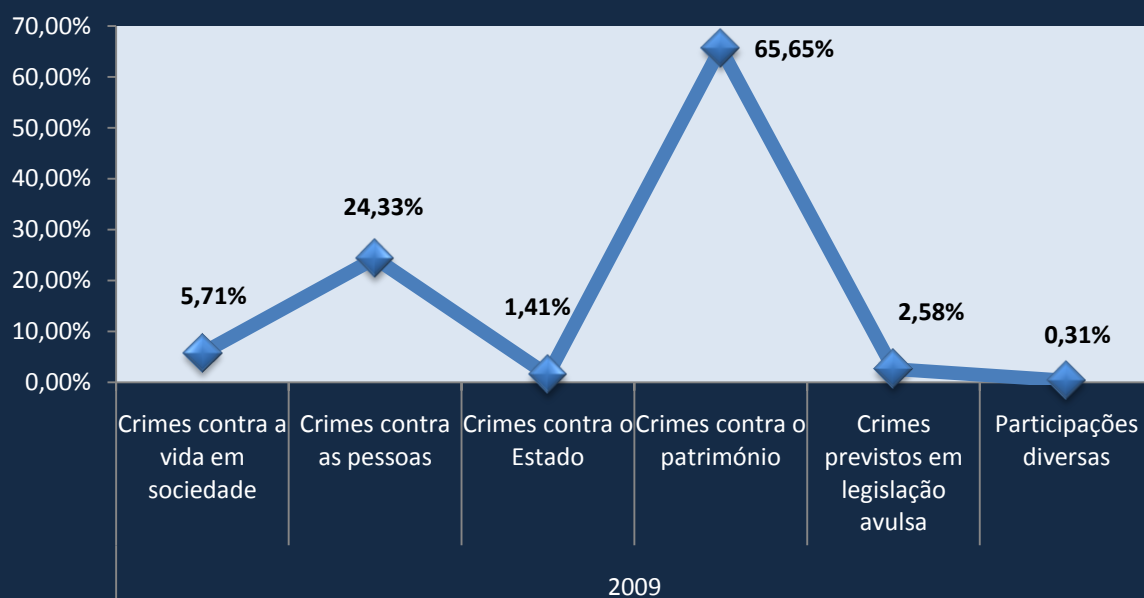


Tabela 2: Criminalidade do Bairro Amarelo (2008/2009)

ANO	TIPO DE CRIME	Total
2008	Crimes contra a vida em sociedade	4
	Crimes contra as pessoas	39
	Crimes contra o Estado	3
	Crimes contra o património	61
	Participações diversas	1
Total 2008		108
2009	Crimes contra a vida em sociedade	4
	Crimes contra as pessoas	41
	Crimes contra o Estado	2
	Crimes contra o património	59
	Crimes previstos em legislação avulsa	6
Total 2009		112
Total (2008 e 2009)		220

Grafico 4: Criminalidade no Bairro Amarelo (2009/2009)

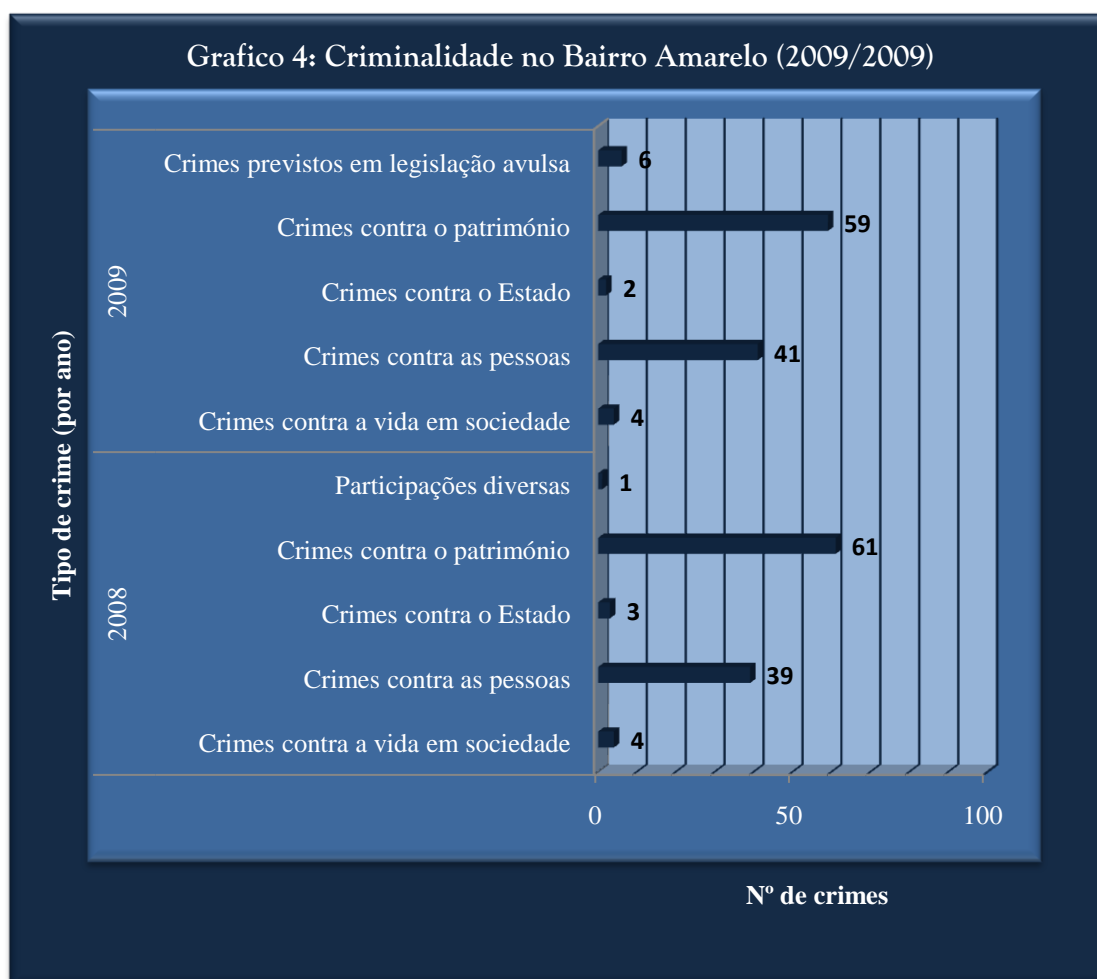


Gráfico 5: Percentagem de crimes no Bairro Amarelo
2008

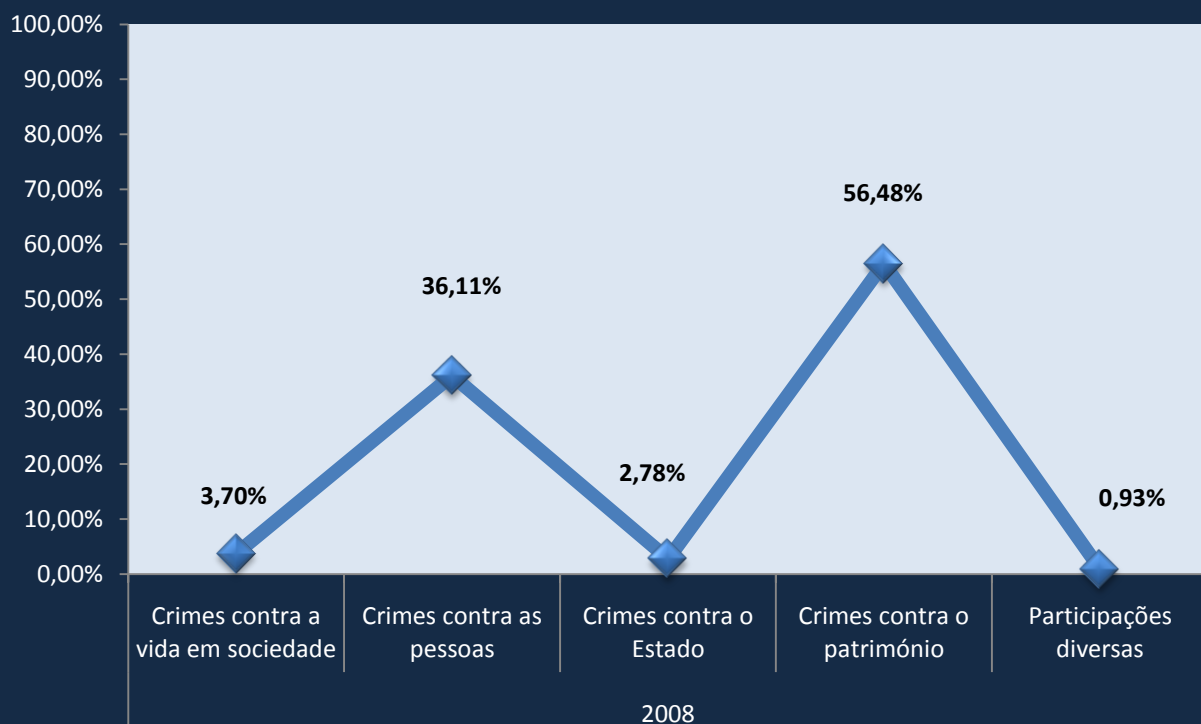


Gráfico 6: Percentagem de crimes no Bairro Amarelo
2009

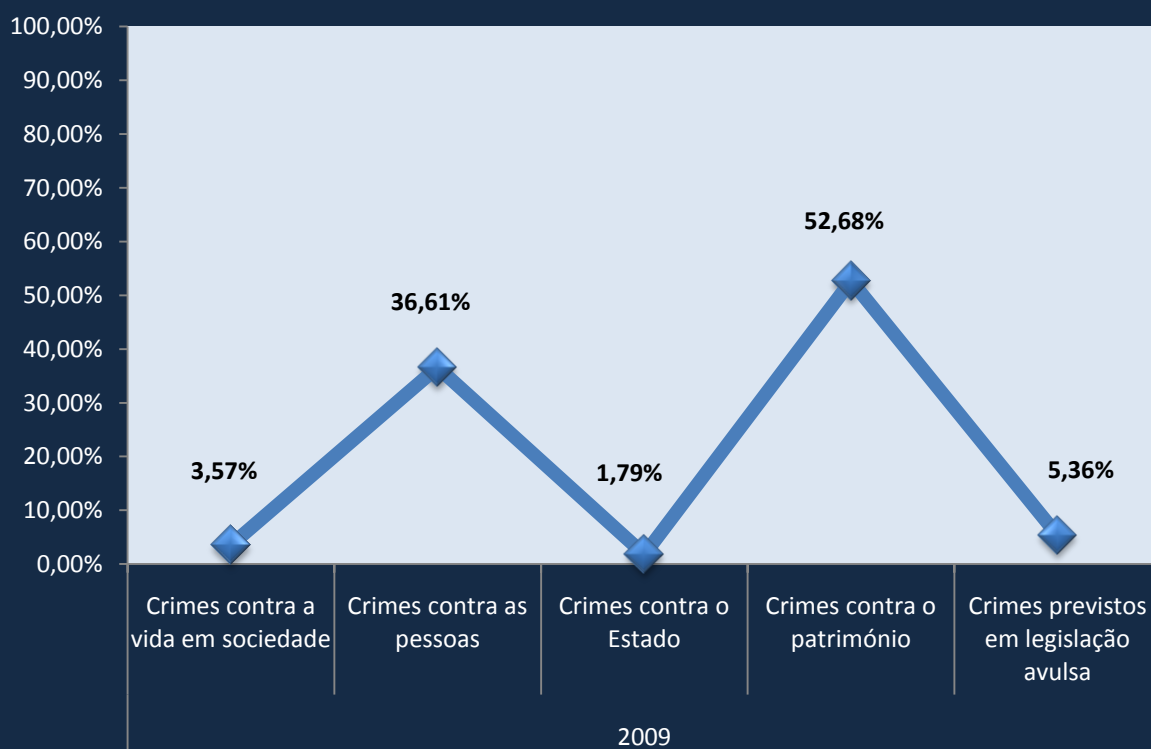


Tabela 3: Criminalidade nas ruas do Bairro Amarelo (2008/2009)

ANO	TIPO DE CRIME	ARRUAMENTO	Total
2008	Crimes contra a vida em sociedade	Av. da Bela Vista	3
		Av. Francisco Fernandes	1
	Total		4
	Crimes contra as pessoas	Av. da Bela Vista	22
		Av. Francisco Fernandes	7
		Rua da Figueira Grande	1
		Rua do Antigo Olival	4
		Rua do Moinho	1
		Rua do Monte	2
		Rua Padre José Maria Nunes da Silva	2
	Total		39
	Crimes contra o Estado	Av. da Bela Vista	3
	Total		3
	Crimes contra o património	Av. da Bela Vista	23
		Av. Francisco Fernandes	9
		Rua da Figueira Grande	1
		Rua do Antigo Olival	4
		Rua do Moinho	11
		Rua do Monte	4
		Rua Padre José Maria Nunes da Silva	9
Total		61	
Participações diversas	Av. da Bela Vista	1	
Total		1	
Total 2008		108	
2009	Crimes contra a vida em sociedade	Av. da Bela Vista	4
		Total	
	Crimes contra as pessoas	Av. da Bela Vista	16
		Av. Francisco Fernandes	7
		Rua da Figueira Grande	1
		Rua do Antigo Olival	4
		Rua do Moinho	7
		Rua do Monte	1
		Rua Padre José Maria Nunes da Silva	5
	Total		41
	Crimes contra o Estado	Rua do Moinho	1
		Rua Padre José Maria Nunes da Silva	1
	Total		2
	Crimes contra o património	Av. da Bela Vista	25
		Av. Francisco Fernandes	9
		Rua do Antigo Olival	2
		Rua do Moinho	5
		Rua do Monte	5
		Rua Padre José Maria Nunes da Silva	13
	Total		59

	Crimes previstos em legislação avulsa	Av. da Bela Vista	3
		Rua da Figueira Grande	1
		Rua do Antigo Olival	1
		Rua do Moinho	1
	Total		6
Total 2009			112
Total (2008 e 2009)			220

Tabela 4: Percentagem de Crimes nas ruas do Bairro Amarelo (2008)

ANO	TIPO DE CRIME	ARRUAMENTO	Total
2008	Crimes contra a vida em sociedade	Av. da Bela Vista	2,78%
		Av. Francisco Fernandes	0,93%
	Total		3,70%
	Crimes contra as pessoas	Av. da Bela Vista	20,37%
		Av. Francisco Fernandes	6,48%
		Rua da Figueira Grande	0,93%
		Rua do Antigo Olival	3,70%
		Rua do Moinho	0,93%
		Rua do Monte	1,85%
		Rua Padre José Maria Nunes da Silva	1,85%
	Total		36,11%
	Crimes contra o Estado	Av. da Bela Vista	2,78%
	Total		2,78%
	Crimes contra o património	Av. da Bela Vista	21,30%
		Av. Francisco Fernandes	8,33%
		Rua da Figueira Grande	0,93%
		Rua do Antigo Olival	3,70%
		Rua do Moinho	10,19%
		Rua do Monte	3,70%
		Rua Padre José Maria Nunes da Silva	8,33%
Total		56,48%	
Participações diversas	Av. da Bela Vista	0,93%	
Total		0,93%	
Total 2008			108 Crimes

Tabela 5: Percentagem de Crimes nas ruas do Bairro Amarelo (2009)

ANO	TIPO DE CRIME	ARRUAMENTO	Total
2009	Crimes contra a vida em sociedade	Av. da Bela Vista	3,57%
	Total		3,57%
	Crimes contra as pessoas	Av. da Bela Vista	14,29%
		Av. Francisco Fernandes	6,25%
		Rua da Figueira Grande	0,89%
		Rua do Antigo Olival	3,57%
		Rua do Moinho	6,25%
		Rua do Monte	0,89%
		Rua Padre José Maria Nunes da Silva	4,46%
	Total		36,61%
	Crimes contra o Estado	Rua do Moinho	0,89%
		Rua Padre José Maria Nunes da Silva	0,89%
		Total	1,79%
	Crimes contra o património	Av. da Bela Vista	22,32%
		Av. Francisco Fernandes	8,04%
		Rua do Antigo Olival	1,79%
		Rua do Moinho	4,46%
		Rua do Monte	4,46%
		Rua Padre José Maria Nunes da Silva	11,61%
	Total		52,68%
	Crimes previstos em legislação avulsa	Av. da Bela Vista	2,68%
		Rua da Figueira Grande	0,89%
		Rua do Antigo Olival	0,89%
Rua do Moinho		0,89%	
Total		5,36%	
Total 2009		112	
Total Geral		220	

Tabela 6: Criminalidade do Bairro Amarelo – Classificação Estatística (2008/2009)

ANO	ARRUAMENTO	TIPO DE CRIME	CLASSIFICAÇÃO ESTATÍSTICA	Total
2008	Av. da Bela Vista	Crimes contra a vida em sociedade	Condução perigosa de veículo rodoviário	1
			Incêndio/fogo posto em edifício, construção e meios de transporte	2
		Crimes contra as pessoas	Agressão	2
			Ameaça e coacção	1
			Ofensa à integridade física voluntária grave	1
			Ofensa à integridade física voluntária simples	12
			Outros crimes contra a liberdade e a autodeterminação sexual	1
			Outros crimes de violência doméstica	3
			Violação	1
			Violência doméstica contra cônjuge ou análogos	1
			Crimes contra o Estado	Outros crimes contra a autoridade pública
		Resistência e coacção sobre funcionário		2
		Crimes contra o património	Danos	2
			Furto de veículo motorizado	2
			Furto em estabelecimento	6
			Furto em veículo motorizado	1
			Furto no interior de estabelecimento	2
			Furto por carteirista	3
			Outros furtos	1
			Roubo a pessoas na via pública (excepto esticção)	3
			Roubo por esticção	3
		Participações diversas	Passagem de Estupecifaciente em Escola	1
		Total		

Av. Francisco Fernandes	Crimes contra a vida em sociedade	Condução de veículo com taxa de alcoolemia igual ou superior a 1,2 gr/l	1
	Crimes contra as pessoas	Agressão	2
		Ofensa à integridade física voluntária simples	4
		Violência doméstica contra cônjuge ou análogos	1
	Crimes contra o património	Danos	1
		Outros danos/Actos de vandalismo	2
		Outros furtos	1
		Outros roubos	2
		Roubo a pessoas na via pública (excepto esticção)	3
	Total		
Rua da Figueira Grande	Crimes contra as pessoas	Ameaça e coacção	1
	Crimes contra o património	Tentativa de furto de viatura	1
Total			2
Rua do Antigo Olival	Crimes contra as pessoas	Agressão	2
		Ofensa à integridade física voluntária simples	1
		Outros crimes de violência doméstica	1
	Crimes contra o património	Furto de veículo motorizado	1
		Furto por carteirista	1
		Outros danos/Actos de vandalismo	1
		Roubo a pessoas na via pública (excepto esticção)	1
Total			8
Rua do Moinho	Crimes contra as pessoas	Violência doméstica contra cônjuge ou análogos	1
	Crimes contra o património	Furto de veículo motorizado	1
		Furto em edifício comercial ou industrial com arrombamento, escalamento ou chaves falsas	2

			Furto em outros edifícios com arrombamento, escalamento ou chaves falsas	1
			Furto em veículo motorizado	1
			Outros danos/Actos de vandalismo	2
			Outros furtos	1
			Outros roubos	1
			Roubo a pessoas na via pública (excepto esticção)	2
Total				12
	Rua do Monte	Crimes contra as pessoas	Ameaça e coacção	1
			Ofensa à integridade física voluntária simples	1
		Crimes contra o património	Furto em edifício comercial ou industrial com arrombamento, escalamento ou chaves falsas	2
			Outros furtos	1
			Roubo a motorista de transporte público	1
Total				6
	Rua Padre José Maria Nunes da Silva	Crimes contra as pessoas	Ofensa à integridade física voluntária simples	1
			Outros crimes contra a integridade física	1
		Crimes contra o património	Furto em veículo motorizado	1
			Furto por carteirista	1
			Outros danos/Actos de vandalismo	1
			Outros furtos	1
			Outros roubos	1
			Roubo a pessoas na via pública (excepto esticção)	4
Total				11
Total 2008				108
2009	Av. da Bela Vista	Crimes contra a vida em sociedade	Condução de veículo com taxa de alcoolémia igual ou superior a 1,2 gr/l	2
			Incêndio/fogo posto em edifício, construção e meios de transporte	1

		Subtração de menores	1
Crimes contra as pessoas		Ameaça e coacção	3
		Desconhecido	1
		Difamação, calúnia e injúria	2
		Ofensa à integridade física por negligência em acidente de viação	1
		Ofensa à integridade física voluntária simples	6
		Outros crimes de violência doméstica	2
		Violência doméstica contra cônjuge ou análogos	1
Crimes contra o património		Abuso de confiança	1
		Furto de veículo motorizado	2
		Furto em edifício comercial ou industrial com arrombamento, escalamento ou chaves falsas	1
		Furto em residência com arrombamento, escalamento ou chaves falsas	1
		Furto em veículo motorizado	1
		Furto no interior de estabelecimento	2
		Furto por carteirista	1
		Outros danos/Actos de vandalismo	3
		Outros furtos	6
		Outros roubos	2
		Roubo a pessoas na via pública (excepto esticção)	4
		Roubo por esticção	1
Crimes previstos em legislação avulsa		Entrega de Produto Estupefaciente e Munições	1
		Outros crimes respeitantes a estupefacientes	1
		Tráfico de estupefacientes (inclui precursores)	1
Total			48

Av. Francisco Fernandes	Crimes contra as pessoas	Ameaça e coacção	2
		Ofensa à integridade física voluntária simples	3
		Outros crimes contra a integridade física	1
		Outros crimes contra a vida	1
	Crimes contra o património	Furto em residência com arrombamento, escalamento ou chaves falsas	2
		Outros danos/Actos de vandalismo	3
		Outros furtos	4
Total			16
Rua da Figueira Grande	Crimes contra as pessoas	Ofensa à integridade física voluntária simples	1
	Crimes previstos em legislação avulsa	Outros crimes respeitantes a estupefacientes	1
Total			2
Rua do Antigo Olival	Crimes contra as pessoas	Agressão	1
		Ofensa à integridade física voluntária simples	2
		Rapto, sequestro e tomada de reféns	1
	Crimes contra o património	Furto em residência com arrombamento, escalamento ou chaves falsas	1
		Outros furtos	1
	Crimes previstos em legislação avulsa	Outros crimes respeitantes a estupefacientes	1
Total			7
Rua do Moinho	Crimes contra as pessoas	Ameaça e coacção	1
		Maus tratos ou sobrecarga de menores	1
		Ofensa à integridade física voluntária simples	3
		Outros crimes contra a liberdade e a autodeterminação sexual	1
		Violência doméstica contra cônjuge ou	1

		análogos	
	Crimes contra o Estado	Resistência e coacção sobre funcionário	1
	Crimes contra o património	Furto em edifício comercial ou industrial com arrombamento, escalamento ou chaves falsas	3
		Furto em residência com arrombamento, escalamento ou chaves falsas	1
		Outros danos/Actos de vandalismo	1
	Crimes previstos em legislação avulsa	Tráfico de estupefacientes (inclui precursores)	1
Total			14
Rua do Monte	Crimes contra as pessoas	Ofensa à integridade física voluntária simples	1
	Crimes contra o património	Furto de veículo motorizado	1
		Outros crimes contra a propriedade	1
		Outros furtos	1
		Roubo a pessoas na via pública (excepto esticção)	2
Total			6
Rua Padre José Maria Nunes da Silva	Crimes contra as pessoas	Ofensa à integridade física voluntária simples	3
		Violência doméstica contra cônjuge ou análogos	2
	Crimes contra o Estado	Desobediência	1
	Crimes contra o património	Furto de veículo motorizado	1
		Furto em edifício comercial ou industrial com arrombamento, escalamento ou chaves falsas	2
		Furto em veículo motorizado	1
		Outros danos/Actos de vandalismo	1
		Outros furtos	2
		Outros roubos	1

		Roubo a pessoas na via pública (excepto esticção)	3
		Roubo por esticção	2
	Total		19
Total 2009			112
Total			220

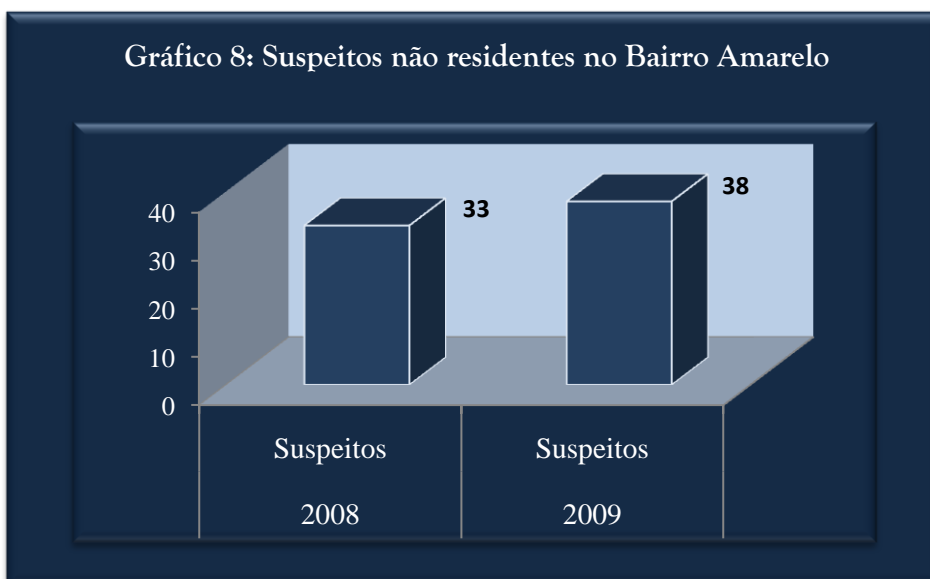
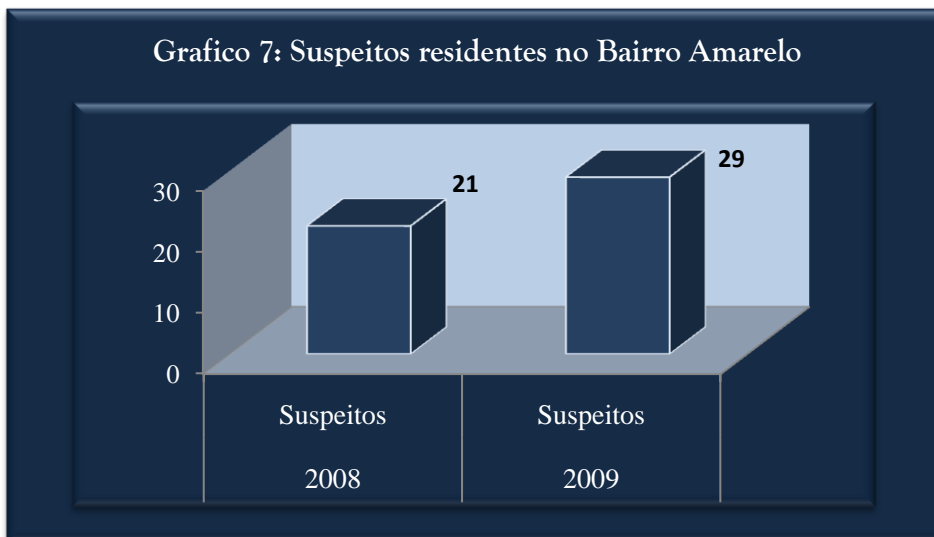
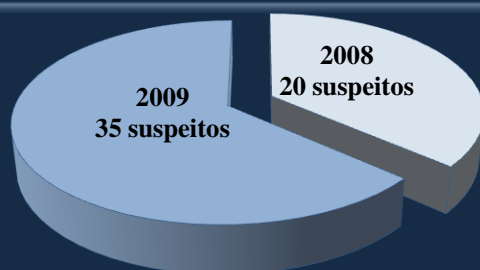
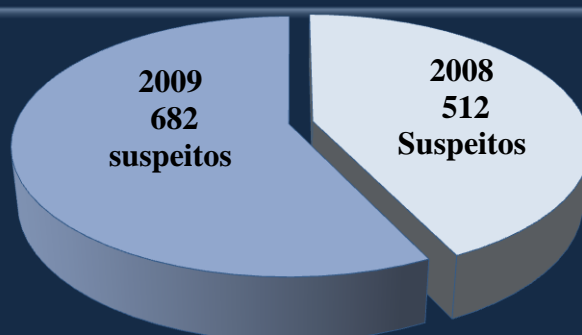


Gráfico 9: Residentes no Bairro Amarelo suspeitos pela prática de crimes na Freguesia de S. Sebastião



Total: 55 suspeitos

Gráfico 10: Total de suspeitos da pratica de crimes na Freguesia de S. Sebastião



Total: 1194 suspeitos

Gráfico 11: Vítimas de crime no Bairro Amarelo Residentes no Bairro Amarelo

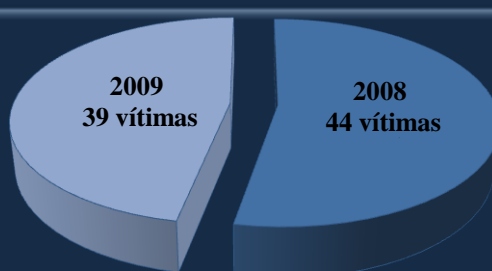


Grafico 12 : Vítimas de crime no Bairro Amarelo, não residentes no Bairro Amarelo

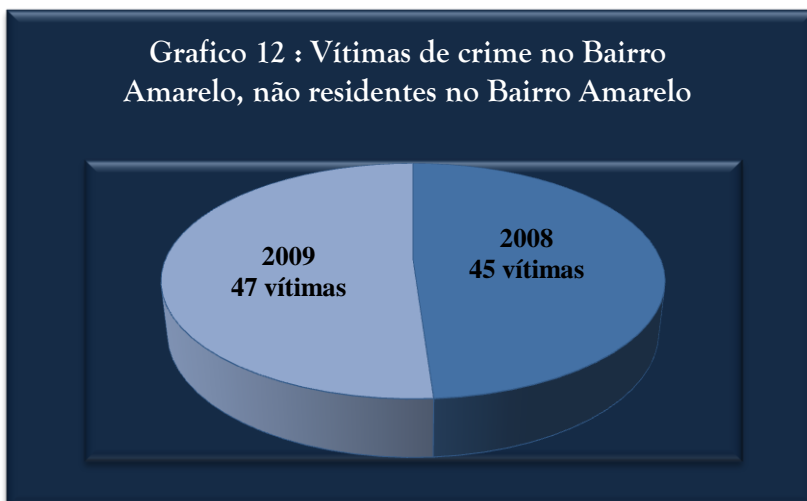


Tabela 7: Períodos horários

ANO	PERIODO	Total
2008	00H01 - 06H00	17
	06H01 - 13H00	18
	13H01 - 18H00	32
	18h01 - 00h00	40
	ND	1
Total 2008		108
2009	00H01 - 06H00	16
	06H01 - 13H00	27
	13H01 - 18H00	31
	18h01 - 00h00	38
Total 2009		112
Total		220

Grafico 13: Período horário da prática de crimes no Bairro Amarelo

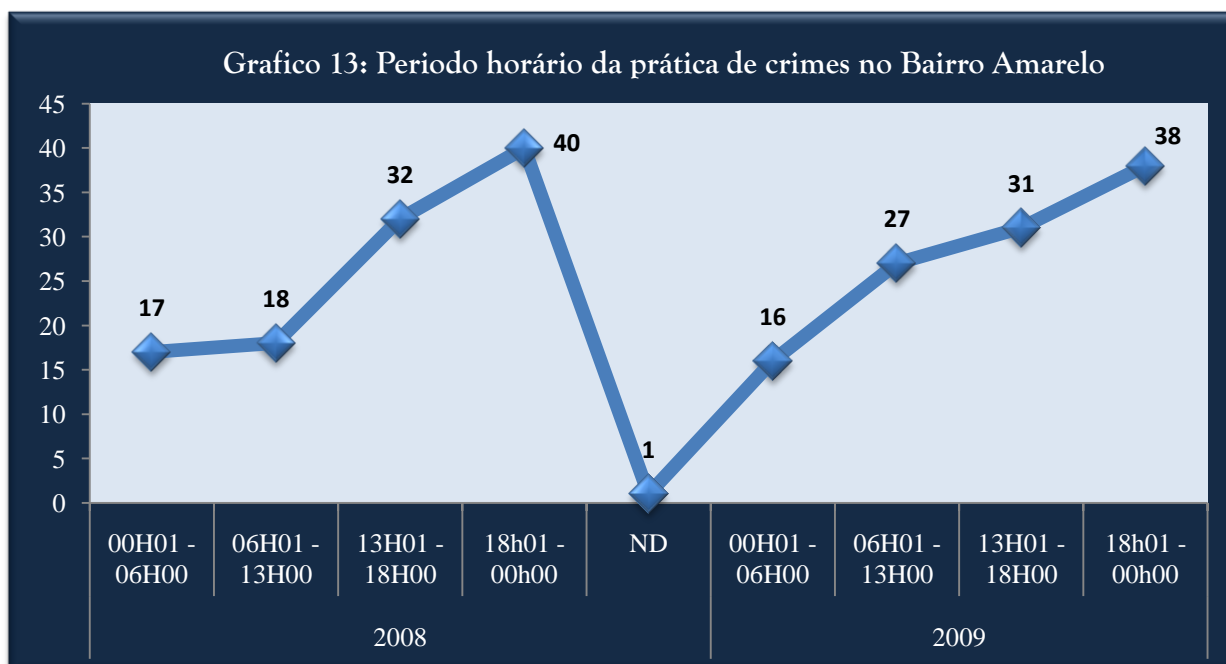


Gráfico 14: Percentagem de crimes por período horário (2008)

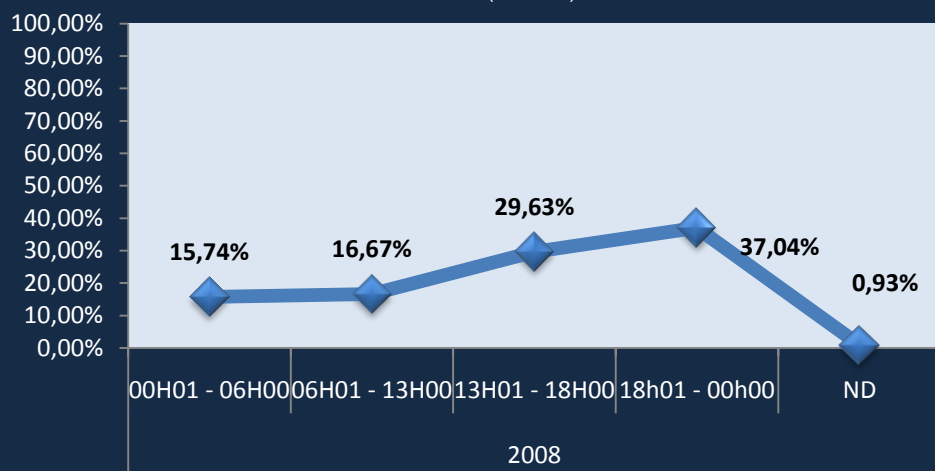


Gráfico 15: Percentagem de crimes por período horário (2009)

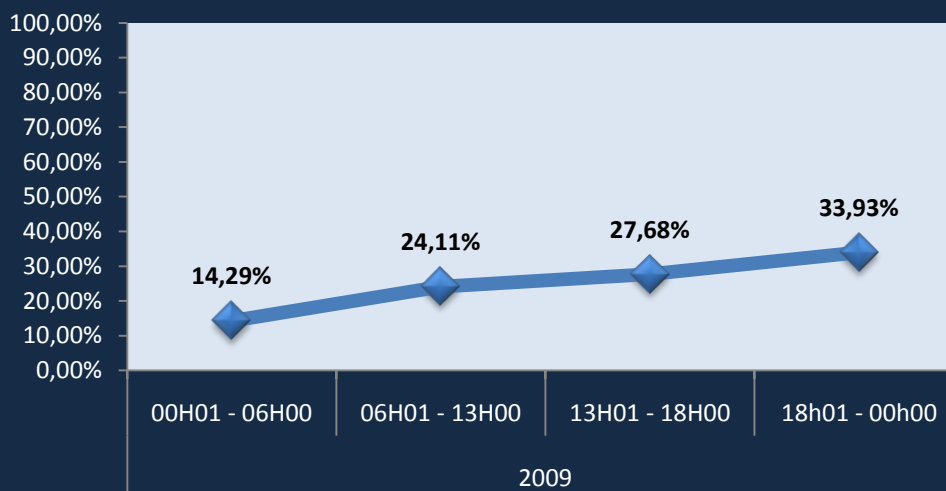


Tabela 8: Frequência mensal		
ANO	MÊS	Total
2008	Janeiro	6
	Fevereiro	12
	Março	6
	Abril	7
	Maio	14
	Junho	15
	Julho	10
	Agosto	7
	Setembro	8
	Outubro	9
	Novembro	8
	Dezembro	6
Total 2008		108
2009	Janeiro	15
	Fevereiro	4
	Março	13
	Abril	5
	Maio	13
	Junho	8
	Julho	8
	Agosto	11
	Setembro	7
	Outubro	15
	Novembro	9
	Dezembro	4
Total 2009		112
Total		220

Grafico 16: Frequência mensal da criminalidade do Bairro Amarelo

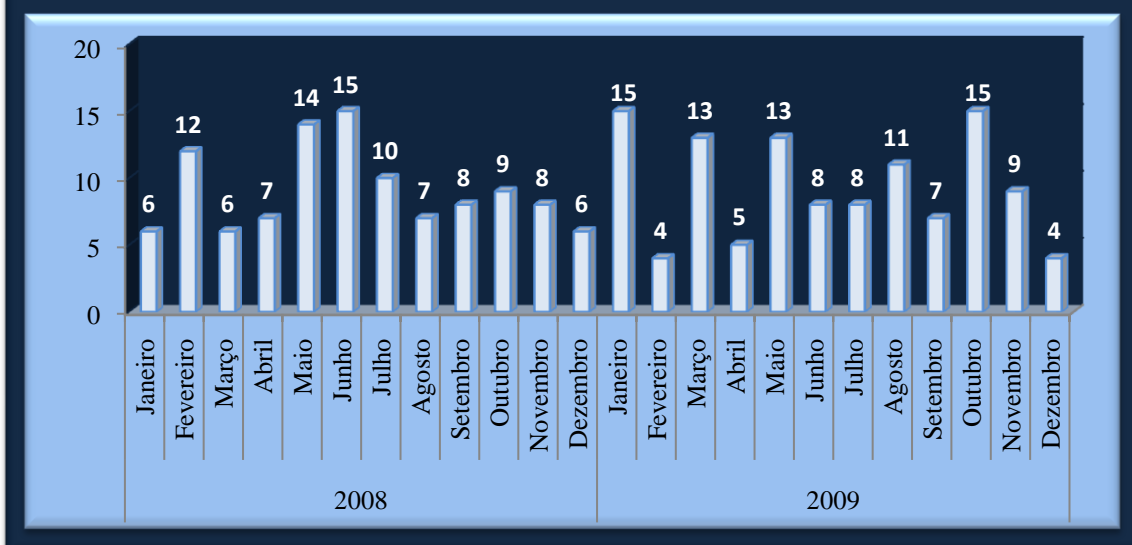


Gráfico 17: Percentagem de crimes por mês do Bairro Amarelo (2008)

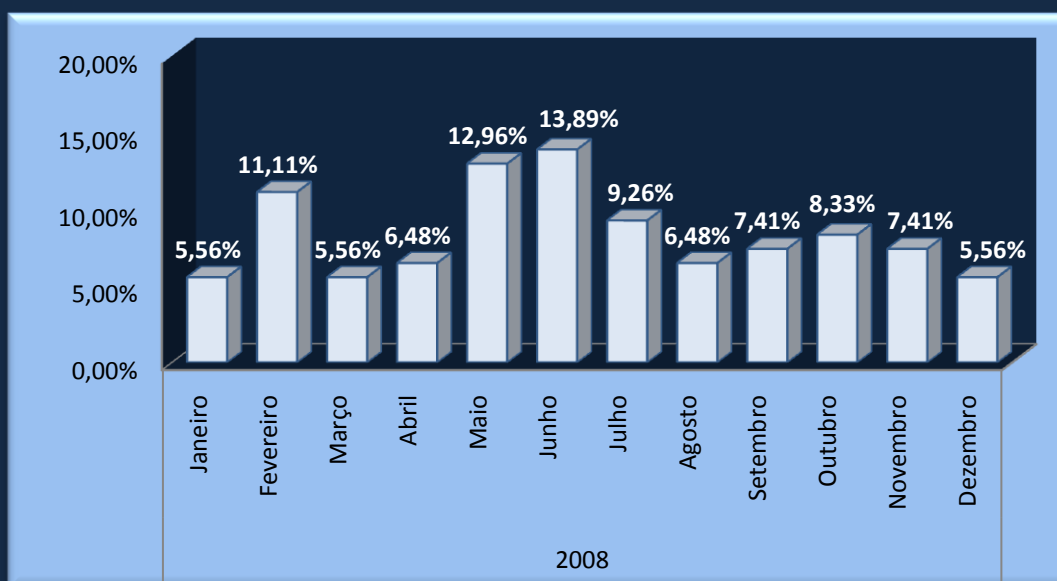
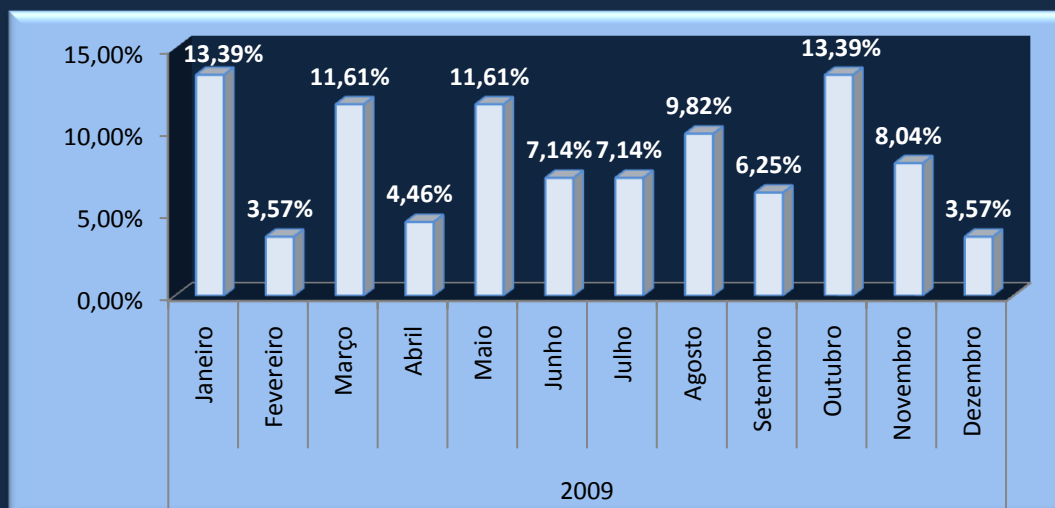


Gráfico 18: Percentagem de crimes por mês do Bairro Amarelo (2009)



ANEXO E

Imagens do Bairro Amarelo da Bela Vista

Imagem 5: Bairro Amarelo em construção



Imagem 6: Edificado pouco tempo depois de ser construído



Imagem 7: Praça do Bairro Amarelo



Imagem 8: Praça do Bairro Amarelo



Imagem 9: corredores do Bairro Amarelo



Imagem 10: Fase de construção do edifício



Fonte: Arquitecto José Charters Monteiro, Coordenador do projecto da Bela Vista

Imagem 11: Bairro Amarelo visto do parque da Bela Vista



Imagem 12: Edifício do Bairro Amarelo degradado



Imagem 13: Edifício do Bairro Amarelo degradado



Imagem 14: Praça do Bairro Amarelo referenciada pelo tráfico e consumo de estupefacientes



Imagem 15: “Graffiti” no edificado numa das praças do Bairro Amarelo



Imagem 16: Espaço vago existente pelo Bairro Amarelo



Imagem 17: Arbustos sem manutenção



Imagem 18: zona ajardinada sem manutenção



Imagem 19: Árvores de copa demasiado elevada, sem manutenção



Imagem 20: Espaço vago com acumulação de entulho



Imagem 21: Acessos aos fogos



Imagem 22: Espaço pertencente ao Infantário



Imagem 23: Escadaria de acesso aos fogos



Imagem 24: Caixa da electricidade aberta



Imagem 25: locais de cobertura criados pelas escadarias de acesso aos fogos



Imagem 26: Corredores de acesso aos fogos



Imagem 27: Degradação do edificado



Imagem 28: Estabelecimento de restauração numa das praças, local de tráfico e consumo de estupefacientes



Imagem 29: Estabelecimento de restauração numa das praças, local de tráfico e consumo de estupefacientes



Imagem 30: Associação AMCA



Imagem 31: Associação Cabo-Verdiana

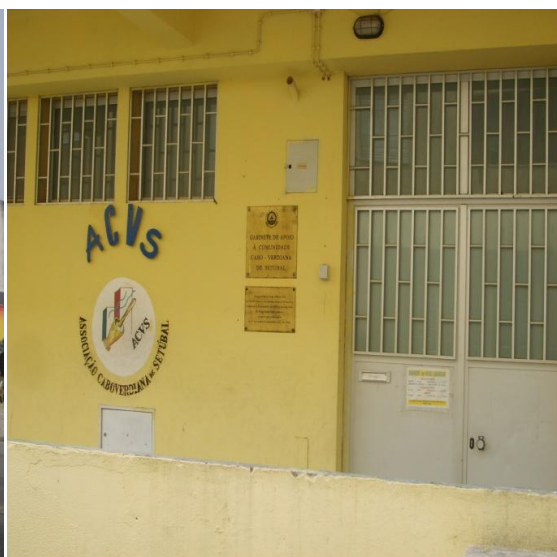


Imagem 32: Escola Secundária da Bela Vista



Imagem 33: Vulnerabilidade da actuação policial



Imagem 34: Marcas de projectéis nas paredes da 2ªEsquadra



Imagem 36: Controlo do espaço por elementos da PSP



Imagem 35: Iluminação reduzida do espaço



Imagem 37: Esquadra da Bela Vista
(2º Esquadra da Divisão de Setúbal)



Fonte: Produção Própria, Março 2010

Imagem 38: Corredores comuns



Imagem 39: Aspecto degradado dos corredores e do edifício



Imagem 40: Instalações vandalizadas



Fonte: Produção Própria, Março 2010

ANEXO F

Análise Swot do Bairro

Quadro 3: Análise Sowl do Bairro da Bela Vista

Pontos FRACOS	Pontos FORTES
<ul style="list-style-type: none"> • Graves problemas sociais com famílias desestruturadas, sobrelotação das suas habitações e problemas de forte dependência de drogas e álcool; • Carências económicas; • População com baixos níveis de instrução e de qualificações profissionais; • Elevado índice de desemprego; • Escola secundária “provisória” há mais de 30anos; • Edifícios bastante degradados no interior e exterior, nomeadamente com graves problemas de canalizações e infiltrações; • Espaços exteriores degradados; • Lixo que se vai acumulando pelo Bairro; • Problemas de vizinhança e sócio-culturais (roubos, desacatos, brigas, actos de vandalismo, barulho, etc.); • Insegurança sentida pelos moradores, nomeadamente pelos mais idosos; • Existência de “vazados” e múltiplos espaços exteriores semi-escondidos que constituem autênticos “guetos”; • Falta de serviços, comércio de apoio em algumas zonas do bairro; • Transportes públicos e acessos ao centro da cidade bastante deficientes; • Bairro fortemente estigmatizado, “terra de ninguém”, uma péssima morada a dar quando se procura um trabalho. 	<ul style="list-style-type: none"> • População bastante jovem; • Muitas associações/instituições instaladas no bairro e dispostas a ajudar; • Existência de alguns equipamentos recentes, no bairro ou na proximidade, como o Parque da Bela Vista, Escola de 1.ºCiclo nova, piscinas municipais; • Existência de equipamentos sociais para crianças, jovens e idosos como creches, serviços de amas, jardins-de-infância, ATL, Centro de Dia e apoio domiciliário, Centro de Apoio à Vítima; • Existência de escolas, que vão desde o ensino escolar básico, até ao secundário; • Construção do Mercado 2 de Abril; • Existência de uma Esquadra da PSP; • Grande heterogeneidade cultural, fazendo deste território um lugar de encontro de diferentes culturas; • Boa localização geográfica, próxima do centro da cidade e com excelentes vistas panorâmicas sobre o Estuário do Sado.

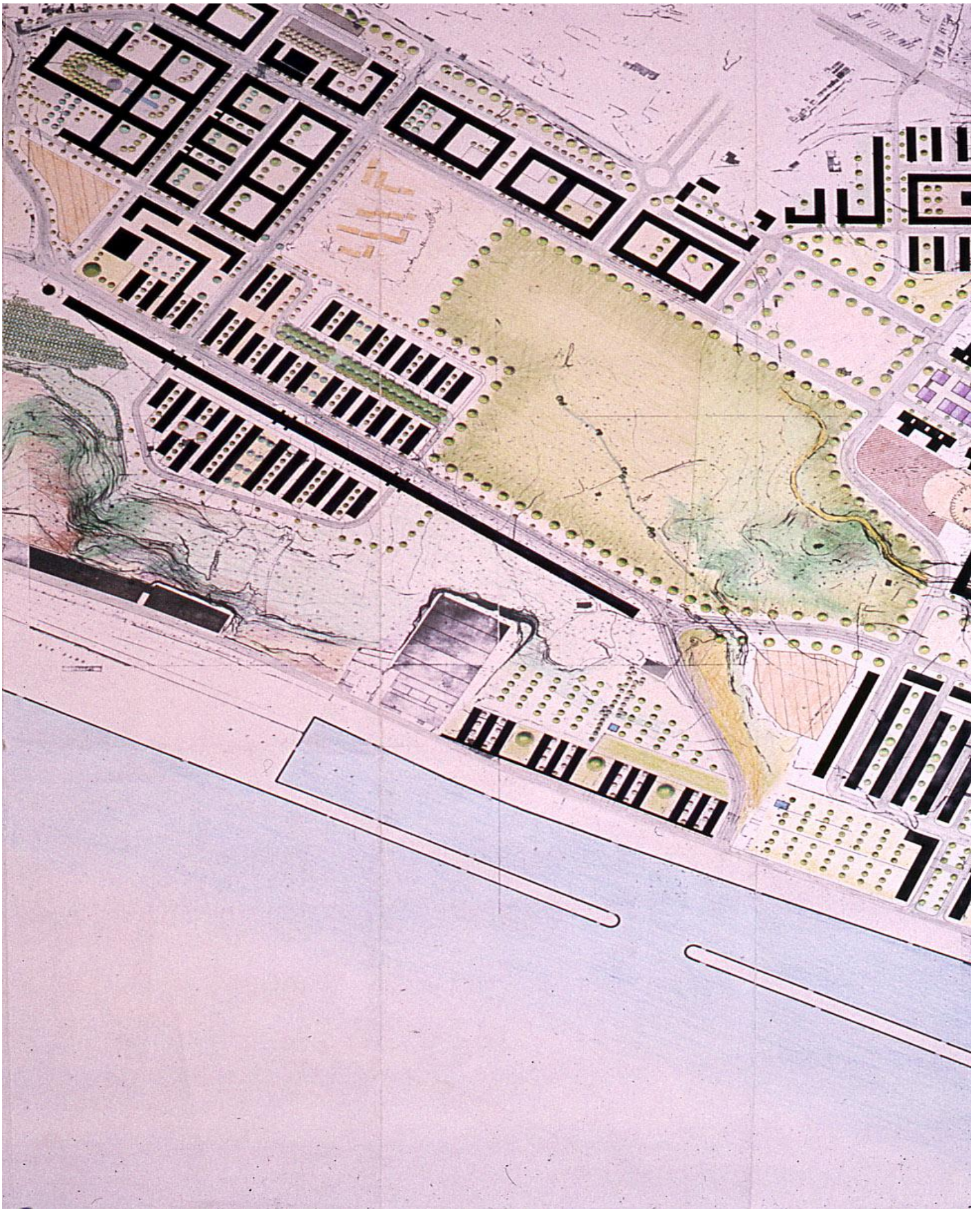
AMEAÇAS	OPORTUNIDADES
<ul style="list-style-type: none"> • Atitudes de desalento, acomodação e desacreditar num futuro melhor; • Processo de degradação continuado do parque habitacional; • Insucesso escolar e falta de motivação para frequentar a escola dando origem a um círculo vicioso de fraca integração socioeconómica; • Continuação do processo de degradação física e social do Bairro da Bela Vista; • Processo de realojamento não controlado e não tendo em conta as diferentes origens e realidades sociais das famílias a integrar; • Imagens e representações do bairro, bem como, os estereótipos veiculados do exterior para o interior do bairro; • Degradação das relações entre grupos e vizinhos; • A não existência de uma solução integrada para o Bairro; • Dependência de subsídios e de financiamentos comunitários; • Exclusão social e “fecho” do Bairro e da zona envolvente à cidade. • Agravamento dos conflitos inter-étnicos. 	<ul style="list-style-type: none"> • Promoção dos laços de vizinhança fundamentada em percursos e memórias comuns; • Valorização da mistura cultural, incentivando o associativismo inter e intragrupos; • Aposta na educação e na formação profissional, respeitando os interesses dos próprios moradores; • Aposta no empreendedorismo, com a criação do próprio emprego com base em novas capacidades e novas competências possivelmente associadas a um aumento de qualidade das escolas locais e do ensino técnico e profissional; • Abertura do Bairro da Bela Vista à cidade de Setúbal; • Existência de espaço com possibilidade de expansão urbana; • Melhoria dos transportes públicos e da mobilidade intra e inter bairro; • Incentivos à criação e implementação de serviços e comércio no Bairro Amarelo; • Criação de um Gabinete para a Prevenção / Reabilitação da Toxicodependência; • Incentivo ao trabalho de parceria entre as várias associações/instituições. • Aproveitamento da excelente localização e das suas vistas privilegiadas para captar novas actividades que as valorizem.

Fonte: *Relatório sintético da unidade territorial Bairro da Bela Vista, 2007*

ANEXO G

Mapas e plantas do Bairro da Bela Vista

Planta 1: Projecto do Bairro da Bela Vista

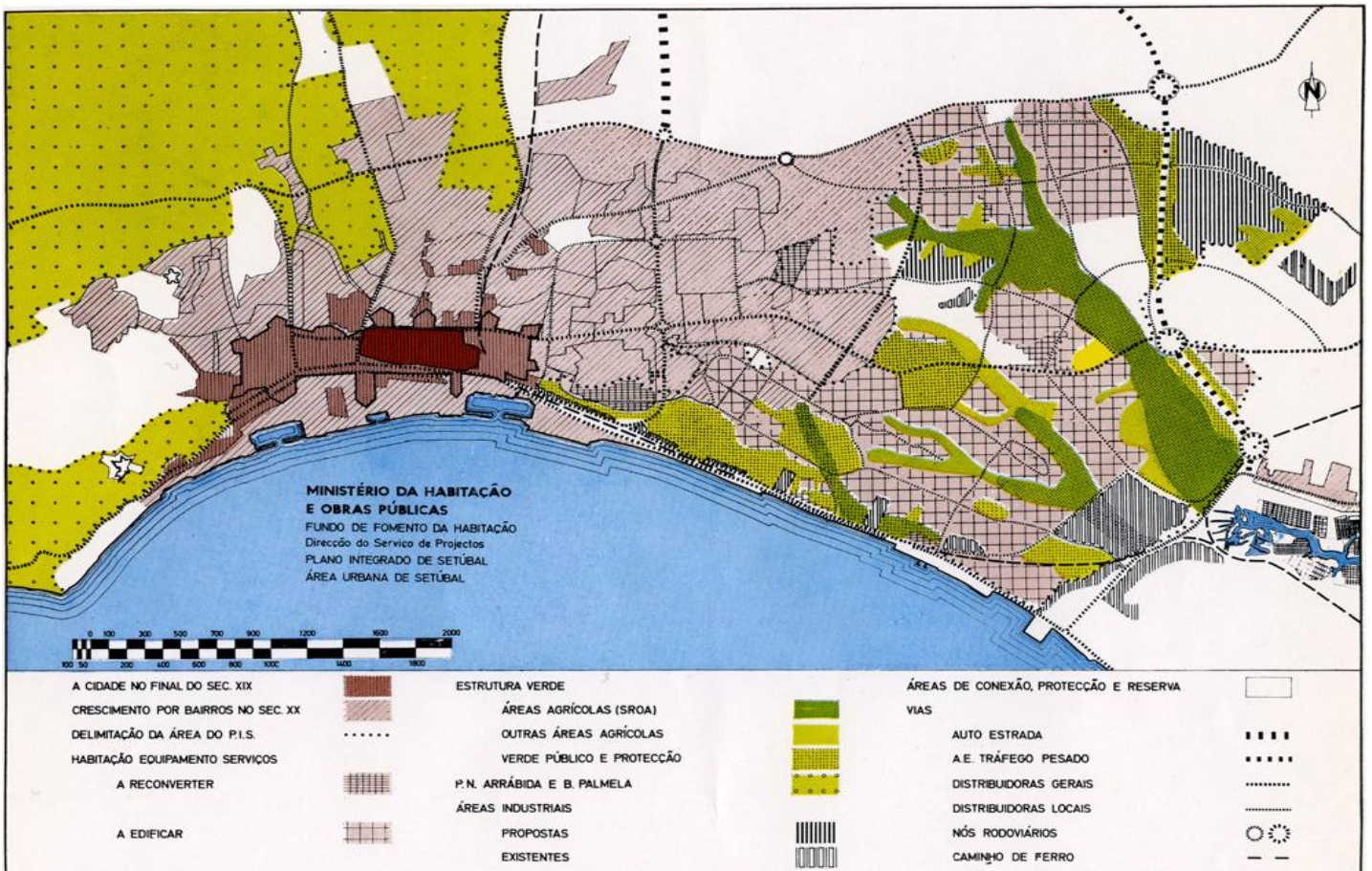


Fonte: Arquitecto José Charters Monteiro, Coordenador do Projecto da bela Vista

Planta 2: Projecto Arquitectónico dos fogos do Bairro Amarelo



Mapa 1: Delimitação do PIS da área Urbana de Setúbal



Fonte: Arquitecto José Charters Monteiro, Coordenador do Projecto da bela Vista

ANEXO H

Entrevistas

Entrevista 1

Arquiteta Teresa Heitor

Entrevista 2

Arquitecto António Batista Coelho

Entrevista 3

Arquitecto José Charters Monteiro

Entrevista 4

Subcomissário Maria da Luz

Entrevista 5

Intendente Bastos Leitão

Entrevista 1

Entrevistado: Sr.^a Professora Doutora Arquitecta Teresa Heitor

Função/cargo: Professora associada do curso de arquitectura e urbanismo do Instituto Superior Técnico de Lisboa, e pesquisadora do Instituto de Engenharia de Estruturas, Território e Construção.

Data: 06 de Dezembro de 2009

1. Enquanto Arquitecta, o que significa para si Segurança Urbana e Prevenção Criminal?

R: Segurança urbana refere-se à relação que se estabelece entre as condições da cidade em termos espaciais (morfologia), funcionais (tipo de actividades) e sociais (características da população) e o risco de ocorrência de crimes e/ou actividades (vandalismo, graffiti, etc.).

Prevenção criminal refere-se à presença de mecanismos de natureza espacial, funcional e social que evitem a ocorrência de crimes e/ou actividades de natureza delituosa bem como reduzam a percepção de insegurança por parte da população (medo, desconfiança, inquietação).

2. Existe a preocupação, por parte dos Arquitectos, de garantir essa segurança aquando da concepção e planeamento de projectos de construção, isto é, a preocupação de desenvolverem uma “arquitectura defensiva” afim de prevenir a prática de crimes? (Nota: quando se fala em arquitectura defensiva, pretende-se abordar uma arquitectura que possibilite uma vigilância natural, um controlo natural de acessos e uma redução de oportunidades de ocorrência de crimes.)

R: A generalidade dos arquitectos tem preocupações com a segurança, não obstante o frequente desconhecimento sobre as medidas a adoptar.

Na actual legislação relativa a edificação urbana, as questões de segurança urbana e prevenção criminal são abordadas de forma demasiado generalista. São também escassas as informações técnicas relativas a estas questões disponibilizadas a promotores e projectistas pelos municípios, no âmbito de planos de pormenor e de operações de loteamento.

3. Os arquitectos (formados e que estão em formação) têm conhecimento das teorias e conceitos de Jane Jacobs, Oscar Newman, Ray Jeffery e Timothy Crowe (autores de teorias e conceitos inerentes a uma arquitectura defensiva)?

R: Na generalidade das escolas de arquitectura nacionais não são abordadas estas questões de forma sistematizada e integrada no ensino do projecto. Estas questões surgem abordadas em trabalhos de investigação, em regra desenvolvidos na área do urbanismo, geografia e sociologia urbana e de acesso restrito.

O tema também não é alvo de cursos de formação profissional destinados a arquitectas. (A Ordem dos Arquitectos na formação disponibilizada aos seus membros não tem nenhum módulo sobre estes temas).

4. Crime Prevention Through Environmental Design (CPTED). Conhece este conceito e as suas estratégias de aplicação?

R: Os princípios que estão na base do movimento CPTED referem-se a medidas de intervenção no espaço construído visando a prevenção de crimes, actividades de natureza delituosa e a redução da percepção de insegurança por parte da população.

De acordo com o CPTED, as oportunidades de ocorrência de delitos está relacionada com condições de natureza física funcional e social dos espaços de uso público tanto à da escala urbana como da edificação. O espaço construído constitui-se como um mediador de oportunidades, i.e. facilita ou dificulta a ocorrência de acções delituosas na medida em que emite informações sobre a vulnerabilidade quer da situação quer das potenciais vítimas. A ausência de sinais de vigilância (activa ou passiva) facilita a ocorrência de delitos.

5. O que pensa acerca da CPTED aplicada ao espaço, com o objectivo de prevenir o crime e de aumentar a segurança?

R: O CPTED defende que o controlo social dos espaços de uso público promove no potencial delinvente a percepção de risco.

Em termos do desenho dos espaços de uso público investem ao nível do controlo informal dos espaços através da criação de mecanismos activos e passivos de vigilância natural, no reforço da apropriação (controlo territorial) e da participação da comunidade local ou seja no envolvimento activo da população na gestão e na manutenção dos espaços de uso público.

Consideram que os espaços de uso público devem ser dotados de boas condições de visibilidade o que implica a remoção de obstáculos ou barreiras físicas e a presença de sistemas de iluminação eficazes. Alegam ainda que a presença de espaços abandonados

e negligenciados conduz á sua subutilização e portanto constitui um factor de insegurança.

Propõem um investimento na requalificação dos espaços públicos de convivência, como condição para a atracção de actividades e para o fomento de socialização.

Consideram que a participação da população na formulação do projecto de espaços públicos e na recuperação e manutenção destes espaços é um factor de controlo territorial na medida em que permite reforçar os laços de identidade e de pertença com o lugar.

Os princípios formulados pelo CPTED devem ter presente que o sentido de “comunidade” estabelecido entre residentes, pode facilmente conduzir à exclusão de outros grupos e levar a uma delimitação extremada do território traduzida quer na “guetização” do espaço da cidade quer na sua subutilização.

6. Conhece as aplicações CPTED a nível Mundial (por exemplo: USA, Canadá, Inglaterra, África do Sul, Espanha, Chile, Honduras)? E em Portugal, conhece algum exemplo da sua aplicação?

R: Conheço aplicações dos princípios do CPTED em países anglo-saxónicos e latino-americanos. Em Portugal não identifico nenhum projecto de raiz concebido de acordo com este princípios.

7. A CPTED assenta na cooperação de vários “actores”. Considera importante que a concepção, o planeamento e a construção (em especial de bairros de habitação social) seja levada a cabo por uma equipa de Arquitectos, Urbanistas, Projectistas, Forças de Segurança, Órgãos do Governo (Câmara Municipal) e Comunidade?

R: As equipas de projecto devem apostar na interdisciplinaridade dos seus membros. Esta condição é particularmente necessária em situações que envolvam o projecto de espaços de uso público tais como zonas residenciais e comerciais, instalações educativas (escolas), zonas verdes e recreativas (parques, passeios marítimos), estacionamento.

8. Mesmo não existindo a formação de uma equipa CPTED, considera importante que a Polícia tenha uma participação no ordenamento do espaço urbano, por exemplo, emitindo pareceres, apenas no âmbito da segurança, acerca do planeamento e dos projectos a serem desenvolvidos?

R: Absolutamente necessário, desde que disponha de formação técnica adequado

9. **Seria importante existirem acções de formação da CPTED, principalmente, para Arquitectos, Urbanistas e Polícias?**

R: Absolutamente necessário

10. **Os bairros de habitação social, na sua maioria, são zonas urbanas sensíveis. Quando se projecta/imagina um bairro a questão da segurança (contra o crime) está presente? Que factores são considerados?**

R: Depende do promotor e das condições (político-ideológicas) do momento.

(NOTA: para responder a esta questão sugiro que obtenha informação directa de arquitectos/urbanistas envolvidos em operações de realojamento das décadas de 1970 (SAAL; Fundo de Fomento da Habitação), de 1980 (Instituto Nacional da Habitação) e 1990 (PER/Câmaras Municipais), bem como noutros empreendimentos de habitação social promovidos por iniciativa de câmaras municipais, cooperativas de habitação económica, contratos de desenvolvimento do habitação.)

11. **Quais são os condicionalismos impostos aos arquitectos aquando do planeamento e concepção de bairros de habitação social?**

R: A pergunta é muito vaga, tornando-se difícil de responder. São vários os condicionalismos colocadas à concepção de um bairro social: localização, população-alvo, orçamento disponível.

12. **Não seria importante e uma mais valia elaborar um guião de planeamento e construção composto por directrizes gerais a serem aplicadas considerando o espaço e o problema específico?**

R: A disponibilização de informação técnica para apoio aos projectistas é sempre desejável. No entanto um guião ou manual de projecto deve rejeitar uma abordagem baseada num “projecto-tipo” e portanto ser desenvolvido com base em propostas/recomendações para os projectistas adaptarem à situação em causa.

A par do guião ou manual de projecto, seria útil o desenvolvimento de “checklistst” para verificação em fase de projecto das condições de vulnerabilidade espacial em termos de Segurança Urbana e Prevenção Criminal.

13. Na Dissertação Final de Mestrado Integrado será realizada uma abordagem (CPTED) ao Bairro da Bela Vista, em Setúbal. Conhece a realidade deste bairro? O que pensa acerca do ordenamento daquele espaço (físico) e quais as suas principais vulnerabilidades, no que diz respeito à segurança e ao crime?

R: Não conheço a situação deste bairro em detalhe. O conhecimento que disponho é genérico e decorre sobretudo de informação divulgada pelos media.

Entrevista 2

Entrevistado: Sr. Arquitecto António Baptista Coelho

Função/cargo: Responsável do Núcleo de Arquitectura e Urbanismo do LNEC

Data: 16 de Dezembro 2009

1. Enquanto Arquitecto, o que significa para si Segurança Urbana e Prevenção Criminal?

R: Quando se fala em segurança urbana vem-me à ideia um espaço agradável onde me sinta seguro, onde me sinta com paz e, de certa forma, associe essa paz a um bem-estar. Sinceramente, como arquitecto não vejo uma coisa centrada na segurança, vejo uma coisa centrada num bem-estar, uma cidade ou um conjunto de espaços centrados num bem-estar, em que me sinto bem, considerando que para me sentir bem devo sentir-me seguro.

Tentando ser sintético, eu integro a segurança no bem-estar. Não consigo, naturalmente, discriminar os dois aspectos, acho que o bem-estar sem segurança não existe. E a segurança só por si pode criar espaços que podem ser excessivamente controlados.

A prevenção criminal é a criação de condições de tal forma amigáveis em termos urbanos, de tal forma naturais em termos de convivência e naturalmente controlados, que o criminoso não se sente bem, quer dizer, começa a pensar em ir para outro lado, porque começa a olhar em volta e a ver pessoas a comunicar entre si, a rua a continuar de um lado e de outro, as pessoas a viver a rua de forma amigável, vê a rua como se fosse a extensão das casas, de tal modo que começa a pensar que se roubar alguém ali, não tem pontos de fuga e corre o risco de ser apanhado. Sente, portanto, que naquele espaço as oportunidades para a prática do delito são reduzidas.

Considero que a prevenção criminal, não só em termos urbanos mas em termos globais, é proporcionar ao máximo de pessoas, condições de vida minimamente razoáveis (para mim o minimamente é já relativamente elevado) para que as pessoas possam ter hipótese de viver a sua vida de uma forma positiva, sem que tenham de pensar noutras matérias. Em termos de prevenção criminal acho que a base é proporcionar que às pessoas as melhores condições de vida possíveis, dentro das possibilidades que o país tem.

Portanto, prevenção passa por um controlo natural, por condições de vida minimamente razoáveis e por um espaço urbano amigável marcado de certa forma pela presença natural da polícia.

2. **Existe a preocupação, por parte dos Arquitectos, de garantir essa segurança aquando da concepção e planeamento de projectos de construção, isto é, a preocupação de desenvolverem uma “arquitectura defensiva” a fim de prevenir a prática de crimes?** *(Nota: quando se fala em arquitectura defensiva, pretende-se abordar uma arquitectura que possibilite uma vigilância natural, um controlo natural de acessos e uma redução de oportunidades de ocorrência de crimes.)*

R: Em poucas palavras: acho que não! Por uma razão. Eu vou lhe ser muito sincero, tenho quase 30 anos de estudo nestas matérias, e só á relativamente 7 ou 8 anos é que encarei as matérias da criação de um espaço “defensável”, de um espaço visível, depois avançando eu próprio para um espaço amigável. Eu não quero dizer que sou um especialista, no mau sentido do termo, mas realmente uma das coisas que fazemos aqui é estudar, fazer relatórios sobre determinados aspectos, determinados problemas. Portanto eu devia saber (e provavelmente deveria ter sabido antes) mas na realidade a noção que eu tenho é que, e não estou a ilibar os meus colegas, deveria haver uma maior divulgação destas matérias aos técnicos, eu diria mesmo em termos gerais aos habitantes (a todos nós), porque é perfeitamente possível fazer passar esta mensagem, de forma mais simplificada (e não estou a chamar ignorante a ninguém) através da comunicação social visando o comum dos mortais, os cidadãos. Os cidadãos têm direitos, e uma das coisas a que os cidadãos têm direito é à segurança urbana e se esta segurança urbana for melhorada, facilitada por um determinado tipo de urbanismo (como eu acho que é!), as pessoas têm direito a serem informadas sobre isso, e não só sobre a arquitectura ou aspectos da arquitectura mais interessantes ou as novas arquitecturas ou novos arquitectos. As pessoas têm é que perceber que há formas de viver de uma forma melhor. É importante que as pessoas tenham acesso a essa informação sobre como se pode fazer uma cidade e uma vizinhança mais segura, era muitíssimo importante que os técnicos tivessem acesso a essa informação, a esses dados, para poderem reflectir sobre eles e eventualmente quando fizessem esses conjuntos pudessem aí inculir esses aspectos. E isso não existe, pura e simplesmente não existe!

Eu trabalho há 30 anos nesta matéria e só há 7 ou 8 anos conheci estudos de Investigadores aqui do LNEC que tinham usado o “defensible space” e que tinham

reinterpretado o “defensible space”, mas só li. A teoria de Newton encaixa completamente, o que é interessante é isso, a teoria do espaço “defensável”, encaixa a 100% numa boa arquitectura urbana de proximidade feita para que as pessoas se sintam melhor, mais em casa. Podia não encaixar, podia ser uma coisa estranha, uma teoria estranhíssima que vinha tornar os bairros em presídios, mas não. Quando li esta teoria pensei: sim senhor... pois é! É assim que deve ser feito o urbanismo residencial!

Eu não sou projectista talvez já há 20 anos, mas sei o que custa ser projectista, e portanto as pessoas que estão a projectar não têm muito tempo. Existem uns mais interessados por estas matérias e quando são mais interessados por estas matérias chegam às questões do espaço defensável por via do que eu estava a referir antes, que é fazer melhor o espaço urbano. Fazem melhor o espaço urbano, porque são pessoas com mais capacidades, são melhores arquitectos, portanto pessoas que têm um sentido ético e um sentido cívico muito profundo, são muito cultos e então conseguem instilar naquilo que fazem estas matérias, quase naturalmente! Mas isso não é a regra, são casos pontuais. Para os outros que ou não têm tempo ou não se preocupam, era preciso haver passagem de informação neste âmbito, um bocado mais avançado para os técnicos e com aspectos mais especializados, para o técnico poder utilizar aquilo de uma forma mais natural, para esse tal técnico que não tem muito tempo. Mas, como é evidente, a sociedade não pode repousar no bem-fazer dos técnicos e na boa vontade, para os decisores, para aqueles que avaliam se o espaço está mal ordenado e planeado, deveriam de haver elementos, eu diria do género dos técnicos, para o decisor político ou assessor poder avaliar os projectos em termos de segurança urbana, (falar em termos de segurança urbana é mais simples para evitar de falar em boa arquitectura urbana que para certas pessoas é poesia, no mau sentido do termo) e aí o assessor, o decisor tinha possibilidades de dizer: não! O projecto até está interessante mas que deve considerar a segurança.

A segurança/insegurança urbana põe-se do lado da reacção aos problemas de criminalidade e vandalismo, do lado de acções e intervenções de socorro a pessoas em situações das mais incríveis que podem acontecer!

3. Os arquitectos têm conhecimento das teorias e conceitos de Jane Jacobs, Oscar Newman, Ray Jeffery e Timmothy Crowe (autores de teorias e conceitos inerentes a uma arquitectura defensiva)?

R: O meu filho, actualmente colega, acho que conhece a Jane Jacobs, até porque veio de uma boa escola de arquitectura, o ISCTE, e teve bons professores. Eu diria que os

arquitectos novos vão conhecendo a Jane Jacobs, que foi a mãe destas coisas todas, tudo chega ali, aos livros dela! Mas eu sou sincero, só comprei o livro dela não há muito tempo, porque não está disponível cá em Portugal, comprei-o no Brasil!

A Jane Jacobs ainda vai sendo conhecida. O Oscar Newman, eu diria que devem ser mais os sociólogos e os geógrafos a conhece-lo, posso estar enganado, mas não me admira nada que seja mais os sociólogos, geógrafos, e eventualmente antropólogos, dos que os arquitectos. E aqui a culpa é partilhada, pouca gente deve conhecer o Oscar Newman. No meu caso só há 7 ou 8 anos é que conheci mesmo a sério e que li sobre a teoria “defensible space”. Tinha lido antes aqui no laboratório, do núcleo de ecologia social, livros sobre o tema em que incorporaram a matéria do Oscar Newman, isso há 20 anos atrás. O psicólogo Luís Soczka tem trabalhos fantásticos sobre estas matérias da segurança urbana e ele já tinha “bebido” do Oscar Newman e integrou-o nos seus trabalhos, eu depois reparei nisso e como usava muito os livros de Soczka, sempre usei muito, portanto por entreposta pessoa eu usava o Oscar Newman. Mas confesso que só o interiorizei à conta de um colega seu do ISCPSI (Agostinho Santos) ao orientar a sua tese dele, pois ele trouxe livros do Newman e referências de Newman com que eu fiquei!

A sensação que eu tenho é que do lado das ciências sociais há uma clara aproximação a estas matérias da cidade, da segurança e da insegurança, do uso e da apropriação da cidade. É natural! As coisas vão evoluindo com o tempo e tudo que a matéria das ciências sociais encontra com uma aproximação mais clara ao físico eles usam-nas como o “pão para a boca”, quer dizer, são elementos de referência, é natural, são elementos que eles conhecem em termos da forma de elaborar os raciocínios, porque é muito das ciências sociais a forma de elaborar os raciocínios do Oscar Newman, muito aquela leitura de conceitos, mas que chega a aspectos muito concretos. Portanto, para eles é uma muito bom, é uma ferramenta.

Do lado dos arquitectos há uma espécie, de quase que, alergia, eu posso estar a ser injusto com certeza para muitas escolas, professores e amigos, uma vez que existem escolas em que isso não acontece. É o caso o ISCTE de arquitectura, em que há uma abertura a estas matérias e uma tentativa de conjugação das matérias todas mais “objectivas” que intervêm na criação do espaço da arquitectura e do urbanismo com as matérias da criação, há essa vontade e noutros sítios haverá também com certeza.

Mas há noutros sítios a ideia de que é a criatividade que marca, é a imaginação que interessa, é de certa forma o seguir os grandes mestres que interessa, isso é que é a arquitectura, de certa forma é a arte. Que também o é! Mas na minha opinião não é

apenas, portanto, tudo o que aparece de matérias que podem ajudar a conformar soluções urbanas, com critérios de segurança, durabilidade, amigabilidade, apropriação, escala humana são levadas com pouca credibilidade, pois o que interessa é o desenho, o desenho é que vale! O resultado disso não é bom. Eu acho que devia haver nas escolas de arquitectura, designadamente nos primeiros anos (acredito que em alguns casos há, mas não em muitos), cadeiras específicas sobre estas matérias mas dadas de uma forma ligada ao arquitecto, não é agarrar em pessoas de outras áreas (com todo o respeito) e colocá-los lá a falar o seu vocabulário a pessoas que estão já a ter uma formação de arquitecto. Eu falo por mim, eu fiquei farto, estafado de ouvir falar daquela forma, ainda hoje em dia! Porque a minha cabeça é de arquitecto, e a pessoa para ter a cabeça de arquitecto tem de se formar em arquitectura ao longo de muitos anos, portanto existem coisas que a pessoa não consegue compatibilizar com outras áreas.

Era muito importante ter nas nossas escolas de arquitectura, arquitectos ou pessoas com grande afinidade com a arquitectura que possa fazer passar essa forma de pensar, esses aspectos qualitativos, entre os quais as questões de segurança e da insegurança urbana, numa fase inicial da formação e de uma forma muito vincada. Isto é extremamente importante para as pessoas ficarem, numa fase em que estão a iniciar a formação, cientes destes aspectos fundamentais e básicos. Mas isso infelizmente não acontece. Porquê? Porque na prática há uma certa razão de ser. Para a pessoa conseguir ser arquitecto a sério, precisa se dedicar aos aspectos formais, e para se dedicar aos aspectos formais de certa forma tem de se abstrair de uma série de outras matérias. Se não, os aspectos formais ficam “aleijados”! É mesmo assim. Agora, isso é um objectivo final ao qual se chegará de uma maneira mais adequada ou menos adequada, uns conseguem chegar lá mais perto e outros não. Mas para o comum dos mortais, para a comunidade em geral, o espaço tem de ter determinadas qualidades mínimas, eu diria médias, se não estamos a criar problemas.

Resumindo, eu acho que muito poucos arquitectos conhecem Newman, e poucos conhecem Jacobs. Jeffery e Crowe, nem eu conhecia!

Sabe, um grande arquitecto do séc. xx dizia: “fazer uma casa é difícil mas muitos conseguem fazê-la, melhor ou pior, e muitos conseguem fazer excelentes casas. Fazer um grupo pequeno de casas, já menos conseguem fazer e menos conseguem fazê-lo muito bem. Fazer grandes quantidades de casas é muito difícil.” De facto é muito difícil, é muito exigente! E esta questão prendesse com esta ausência de conhecimento, com esta ignorância, porque trabalhar o urbanismo não é fácil. Quando se tem pouco espaço até se consegue organizar o espaço relativamente bem, quando se tem muito espaço

começa a sobrar espaço. Mas na prática o espaço não deve sobrar, deve ter limites, passagens, deve ter controlo, não deve haver espaços que fiquem esquecidos, que são os tais espaços da insegurança!

Eu diria que as regras básicas da segurança urbana são: a continuidade urbana, a ausência daquelas situações em que o espaço se escapa pelos cantos, em que tudo passa por todos os lados, quer dizer, a pessoa olha e nem sabe bem onde está, e ainda por cima esse espaço é caríssimo. Imagine os milhares de metros quadrados de pavimento que tem de ser feito, porque é espaço público por todo o lado, a não ser o sítio onde o edifício “cai”. Isto não faz sentido nenhum!

As povoações tradicionais, não quer dizer que tudo o que se fazia antigamente estava bem feito, mas estas povoações não eram feitas assim. Havia a rua, havia os edifícios, por trás dos edifícios haviam os quintais (3,4 ou 5 vezes o espaço do edifício) que tinham um muro á volta e pertenciam aos condóminos do rch, e cheguei a ver em Copenhaga edifícios com escadas em caracol até ao 2º andar para esses moradores ainda terem um quintalinho, na parte de trás, e isto em edifícios relativamente recentes. Portanto havia ali um espaço enorme que era em termos de sustentabilidade ambiental permeável, era controlado, definido e seguro. Depois a continuidade urbana ao longo da rua, tem regras em termos de segurança, de tantos em tantos metros têm de existir passagens. Mas isso é de tanto em tanto, não é sempre! Não é um bloco e passagem, passagem e passagem, espaço que não se sabe de quem é, abandonado, sujo, e sendo espaço sujo é espaço mal usado. Estas coisas como nós sabemos todas elas se ligam, espaço abandonado é espaço sujo, espaço sujo é espaço que leva a maus usos, espaços que existem por todo o lado são necessariamente espaços que não são visíveis, espaços onde as pessoas fazem coisas que não devem ser feitas, onde se escondem.

Agora, o espaço da continuidade urbana é um espaço que é visível, é um espaço público, é uma espécie de sala de estar da cidade de maneira a que a pessoa vá á janela e interage com o espaço. O controlo do espaço público deve ser natural pela continuidade do espaço e pelas referências urbanas de orientação, que é outro aspecto da segurança, a pessoa saber onde está, não serem as coisas sempre iguais. Isto possibilita a criação de identidade para com o espaço, a pessoa defende melhor o espaço que considera como seu e exige melhore qualidade de manutenção, isso torna o espaço mais seguro.

Outro aspecto importantíssimo é a questão da altura dos edifícios. Uma pessoa a partir do 5º,6º andar, e isso está escrito, o espaço publico deixa de existir para ela, deixa de haver uma relação directa, deixa de haver a relação da voz, isto é, deixa de haver a possibilidade de a pessoa falar com alguém a partir da janela, e não estou a defender a

ideia de vizinhança tradicional, mas a partir do 5º, 6º andar deixa de haver essa relação. Portanto não quer dizer que não existam, devem existir construções mais altas para pessoas que queiram viver mais isoladas. Agora, por regra? Por regra obrigar uma boa parte das pessoas a viver isoladas do espaço público, por regra não pode ser! Senão está-se a criar insegurança.

Portanto, a altura dos edifícios, falta de escala humana, falta de continuidade urbana, tudo isso é caminho da insegurança. A ausência da responsabilidade dos espaços, os espaços estarem responsabilizados é fundamental, cada metro quadrado do espaço público, cada zona, deve ter um responsável. Isto é uma das coisas que tem sido feita, por exemplo, na residencialização dos bairros sociais em França, isto não é mais do que responsabilizar, reordenar o espaço de modo a definir que a partir deste sítio para ali a responsabilidade é do condomínio, ou do município, ou da associação. As coisas não podem deixar de ter dono, a ausência de responsabilidade é um caminho directo para o abandono.

Tudo isto que acabei de referir proporciona a utilização do espaço pelas pessoas com mais intensidade e mais segurança. Por exemplo as crianças poderem estar cá fora acompanhadas naturalmente por pessoas que vivem ao nível do piso térreo ou por lojas, os idosos poderem vir á rua com à-vontade, o que é que isto proporciona? Estamos a criar segurança, é evidente que não é uma criança ou um idoso que é um polícia e que vai obviar a que haja um problema. Mas se houver muitas crianças e muitos idosos está-se a criar um ambiente de segurança naturalmente na rua.

Para além disto há outra coisa muito importante, que equivale a um problema e portanto ou é resolvido ou se torna mesmo um problema grave, que é a questão dos meios de transporte. O peão tem de usar o espaço público, a rua tem de ser devolvida de certa forma ao peão, as ruas residenciais, mas tem que ser devolvido com conta, peso e medida, no sentido que não é possível nós pensarmos na ideia dos espaços pedonais que surgiu há uns anos, porque não resultou, em muitos casos os espaços pedonais tornaram-se espaços sem segurança, passaram a ser pouco usados, o próprio automóvel por vezes quando passa, com condicionamentos, é também uma forma de tornar o espaço mais vitalizado, é uma forma de haver mais olhos, mais vida, e portanto tem de haver aqui um grande equilíbrio, com boas intenções de criar um espaço de peões e de transporte, tira-se dali o automóvel e o resultado irá ser negativo em termos de ausência de vida, gerando um sentido negativo de menor uso desse espaço. Isso tem acontecido em alguns casos e convém estarmos alerta para se fazer esse tipo de cuidado, voltar a

dar o espaço ao peão, mas com conta, peso e medida, deixando na mesma que o carro possa ter um papel positivo.

No entanto, em Portugal outro aspecto importante da segurança é não andar com o “carro à frente dos bois”, não andar a criar coisas á moda dos países que têm insegurança, quando cá não há essa insegurança, e depois se criam mesmo condições de insegurança. Por exemplo, alguns casos no parque das nações, onde há condomínios seguidos uns aos outros, algumas ruas são inseguras devidas á existência de muros que rodeiam os condomínios. Uma pessoa que ali vá a passar se parar um carro para assaltar, ela não tem para onde fugir, não existem lojas. Mas são casos pontuais! Acho que tem de haver aqui um cuidado ao nível da influência urbana dos condomínios, para que estes condomínios não criem insegurança no espaço público.

4. Crime Prevention Through Environmental Design (CPTED). Conhece este conceito e as suas estratégias de aplicação?

R: Não conheço este conceito.

5. O que pensa acerca da CPTED aplicada ao espaço, com o objectivo de prevenir o crime e de aumentar a segurança?

R: Não conheço o conceito.

6. Conhece as aplicações CPTED a nível Mundial (por exemplo: USA, Canadá, Inglaterra, África do Sul, Espanha, Chile, Honduras)? E em Portugal, conhece algum exemplo da sua aplicação?

R: Não conheço.

7. A CPTED assenta na cooperação de vários “actores”. Considera importante que a concepção, o planeamento e a construção (em especial de bairros de habitação social) seja levada a cabo por uma equipa de Arquitectos, Urbanistas, Projectistas, Forças de Segurança, Órgãos do Governo (Câmara Municipal) e Comunidade?

R: É fundamental. Eu explico-lhe esta veemência. Nós aqui no LNEC, em 2008, eu próprio coordenei um estudo prático de análise das condições de habitabilidade do Bairro do alto da Cova da Moura, passamos 1 ano lá, havia lá muita polícia nas zonas centrais e nós íamos de manha que era a melhor altura. Portanto este estudo de habitabilidade caso a caso dos edifícios foi feito para a seguir se fazer um plano de pormenor de reabilitação, cuja ideia não era fundamentalista, não era a ideia de manter

tudo como está, nem a ideia de deitar tudo a baixo, a ideia era de ver o que é que se pode manter, o que se deve manter, ou destruir.

Mas só foi possível chegar ao fim deste estudo com essa cooperação, quer dizer, essa cooperação, eu diria que, é um dado adquirido, só com uma cooperação dessas é que é possível começar a construir qualquer coisa em termos de intervenção.

Eu diria que, em acções de requalificação é o primeiro passo, o passo básico! Nada é possível sem um início e uma fundação de cooperação com os moradores, associações de moradores, associações que lá funcionem, isto é a base, se não, não é possível nem em termos práticos nem em termos éticos.

8. Considera importante que a Polícia tenha uma participação no ordenamento do espaço urbano, por exemplo, emitindo pareceres, apenas no âmbito da segurança, acerca dos projectos a serem desenvolvidos?

R: Sim, no grupo que falei anteriormente, a policia!

A polícia devia participar activamente, e eu diria, muito mais até em termos de grupos de trabalho do que propriamente de parecer isolado. Eu acho que se deve ter cuidado com os pareceres, porque existem pessoas que fazem pareceres sobre determinada situação e nem vais aos sítios! O que eu quero dizer com isto é que acredito muito mais em grupos de trabalho eficazes do que em pareceres.

9. Seria importante existirem acções de formação da CPTED, principalmente, para Arquitectos, Urbanistas e Policias?

R: Era também importante existirem formações destas equipas, e até especializações. Mas como os arquitectos não se municiam, eu digo mesmo que era importante haver no ISCPSI uma cadeira final sobre esta matéria especificamente, onde convidassem especialistas na área (nacionais e internacionais). Eu acho fundamental que o ISCPSI continue a apostar nestas matérias ligadas às questões de segurança/ insegurança urbana. O Instituto devia municiar-se em termos de matérias dadas lá neste âmbito e depois apostar nos cursos para as equipas. Ou ainda seminários onde convidassem arquitectos e outros especialistas da área.

Quem sabe, eu também sou presidente de uma associação técnica e científica, o Grupo Habitar, quem sabe se o Grupo Habitar não pensa numa coisa dessas! É uma ideia interessante.

Mas sim, acho que devia haver.

10. Quais são os condicionalismos impostos aos arquitectos aquando do planeamento e concepção de bairros de habitação social? Ou os arquitectos têm liberdade para o fazer?

R: Os arquitectos têm liberdade para desenhar o projecto, mas o Presidente da Câmara ou o Vereador do pelouro se for um indivíduo com capacidade nessa matéria, se achar que ali se passa qualquer coisa estranha, tem todo o direito de falar com o técnico e abordar todas as questões que possam vir a por em causa a segurança daquele espaço projectado.

Embora haja liberdade de criação, também há a liberdade do promotor de fazer ou não fazer.

11. Não seria importante e uma mais valia elaborar um guião de planeamento e construção composto por directrizes gerais a serem aplicadas considerando o espaço e o problema específico?

R: Não me admira nada que em Portugal isto venha a existir. Nós temos regulamentos para uma série de matérias, eu diria que temos quase regulamentos a mais, até acho que deveria haver agora uma paragem da fúria regulamentar, por um lado para perceber que regulamentos é que faltam, provavelmente um regulamento ao nível da segurança/insegurança urbana, eu diria preparatório, preventivo, não seria nada mau, mas feito com muito cuidado.

Alguns cuidados gerais, que fossem aplicados consoante a especificidade do espaço eram muito importantes. Além disso, em termos de bairros sociais era preciso dar-lhes mesmo uma volta, não faz sentido, eu conheço muitos dos últimos 20 anos e não se cometeram muitos erros, apenas alguns, mas antes desses últimos 20 anos fizeram-se grandes disparates, é o caso do Bairro da Bela Vista em Setúbal.

12. Na Dissertação Final de Mestrado Integrado será realizada uma abordagem (CPTED) ao Bairro da Bela Vista, em Setúbal. Conhece a realidade deste bairro? O que pensa acerca do ordenamento daquele espaço (físico) e quais as suas principais vulnerabilidades, no que diz respeito à segurança e ao crime?

R: Não conheço profundamente o bairro, mas já fui lá 2 ou 3 vezes.

Este bairro é uma malha repetida, monótona, com poucas referências. Na questão da identidade, tudo o que referi anteriormente, nada se aplica ali porque as coisas são iguais umas às outras.

Não faz sentido, nunca fez sentido em urbanismo repetirem-se praças, as praças não se repetem, as ruas é que se repetem e mesmo assim as ruas têm de ter identidade, não devem ser iguais umas às outras porque senão a pessoa não sabe onde está.

Ora o que acontece na Bela Vista é um mau urbanismo! Para não dizer péssimo! Porque o urbanismo tem de estar ligado à identidade e às outras coisas todas que referi anteriormente: escala humana, diversidade, etc.

Está errada a forma como foi feita a bela vista. Está errada também como foi feita em termos de tamanho, não se faz um bairro de realojamento daquele tamanho, nunca um bairro daquele tamanho resultou! Onde é que existe integração social na Bela Vista? Não existe!

Outro ponto importante é a questão das praças, existem demasiadas praças. Isto nunca aconteceu, nunca funcionou, em qualquer povoação há uma praça, um rossio. Tinha que ter outra escala, podia resultar mas não ao nível de praça, mas sim ao nível de vizinhança, com um menor número de habitantes para cada vizinhança daquelas.

A gestão deveria ser mais directa, não uma gestão afastada que ninguém sabe quem é o senhorio. Por exemplo, as cooperativas conseguem fazer bairros quase com o tamanho da Bela Vista, infelizmente nunca deixaram as cooperativas fazerem bairros com o tamanho da Bela Vista, porque se as cooperativas os fizerem, eles eram bem geridos. Pode ter a certeza absoluta! Os maiores bairros de cooperativas não têm qualquer problema ao nível da insegurança urbana ou de falta de gestão, porque a gestão é feita ao milímetro.

Portanto, existem formas de fazer projectos urbanos com maior dimensão, na minha opinião usando gestores capazes de fazer uma gestão cuidada, directa e contínua. E as cooperativas de habitação são capazes de os fazer. Quando são os municípios têm de fazer pequeno.

A situação da Bela Vista, eu não conheço exactamente o processo de génese, mas aquilo foi uma sequência do 25 de Abril. Houve ali uma altura onde eventualmente se fizeram coisas, que poderiam não se ter feito, com alguma liberdade de concepção que provavelmente resultou muito mal.

Outra coisa que resulta muito mal (das vezes que fui lá vi) é os espaços públicos perfeitamente abandonados ao fim destes anos todos, 30 e tal anos. Espaços públicos em terra. Que tipo de estima pelo espaço publico uma pessoa pode ter, se olha para trás de sua casa e vê há 30 anos uma coisa deixada em terra.

O verde urbano é uma questão muito importante e ajuda mais do que pode parecer à primeira. O verde urbano é um elemento que ajuda a tornar os ambientes mais

amigáveis e não é preciso um verde urbano muito efectivo, muito forte. Mas o verde não é barato, tem que se manter. Depois há caminhos que se conjugam com isto tudo: os meios de transporte suaves, o andar a pé, o andar de bicicleta, os transportes públicos, tudo isto tem a ver com a sustentabilidade ambiental, e tudo isto se liga a estas matérias, porque tudo isto só funciona em meios urbanos amigáveis. E por outro lado contribuem para essa segurança.

Portanto, dimensão, escala urbana e forma urbana totalmente inadequada, dimensão e mistura totalmente disparatada, ausência de gestão urbana, abandono dos espaços públicos, espaços públicos inacabados há dezenas de anos.

As pessoas não actuam criminalmente por $2+2=4$, não. Mas que ajuda, é capaz de ajudar!

Se fizéssemos isso tudo ao contrário, se puséssemos essas qualidades todas ao contrário, com espaço público arranjado, misturas sociais adequadas, provavelmente o resultado seria uma influência muito positiva.

Fora isso há uma coisa que os meus colegas das ciências sociais dizem, e eu aceito perfeitamente, que é: a criminalidade não é sediada naquele bairro, a criminalidade vem do Algarve, do norte, está aqui, depois ali. Acho que isso não pode ser uma espécie de uma justificação. A criminalidade está em todo o lado! Porque às vezes usa-se isso, e acho que isso é muito mau, de facto a criminalidade está em todo o lado, mas actua de forma melhor ou pior em sítios que por si suscitam isso. Há sítios onde é quase impossível entrarem, na Av. Da Igreja por exemplo, à noite até pode ser, mas mesmo assim é difícil porque existem pessoas a morar por cima das lojas, as janelas são largas, as lojas estão iluminadas, tem cafés embora agora fechem mais cedo, há sempre pessoas a passar. Tudo isto é meio de prevenção, para além disso a Av. Da Igreja é um corredor e tudo o que se passa num ponto é visível, como é que o criminoso foge?

O policiamento de proximidade é importante. A presença dos agentes de segurança, o cidadão sente com alguma força a ausência física, de ver passar. Isso é importante e vê-se pouco! Eu acho que isto também é um elemento de prevenção claro, até porque ao ver essa presença há um sentimento de maior segurança, a pessoa vê que estão lá e como tal usam mais o espaço público.

Em termos de espaços urbanos acho que há coisas que deviam ser proibidas! Por e simplesmente proibidas. E certos sítios maus como é o caso da Bela Vista, eu digo-lhe eu nem sei o que fazia à Bela Vista, mas não deixava a Bela Vista como está. Aquilo é uma malha urbana enorme, e a influência que eventualmente presumo que a Bela Vista

tem relativamente a Setúbal, acho que a cidade de Setúbal não deve tolerar muito mais tempo.

Eu julgo que é possível com bom senso, porque também lhe digo uma coisa, em termos de arquitectura urbana eu nunca proporia a destruição do bairro de raiz, não faz sentido por variadíssimas razões e até por uma questão de cultura urbana e de história urbana. Agora, eu acho que é possível ir ali e dar uma volta aquilo, é perfeitamente possível.

Entrevista 3

Entrevistado: Sr. Arquitecto José Charters Monteiro

Função/cargo: Coordenador do Projecto do Bairro da Bela Vista

Data: 17 de Dezembro de 2009

1. Enquanto Arquitecto, o que significa para si Segurança Urbana e Prevenção Criminal?

R: Não conheço nenhum curso de arquitectura onde essa matéria seja dada. Conheço faculdades de arquitectura em Portugal, Espanha, França, Suíça, Alemanha, Itália (onde tirei o curso); nas escolas inglesas também não me consta que haja qualquer vertente de segurança que se alie ao desenho urbano.

Sinceramente, não lhe sei responder. Entendo outras coisas, quanto ao que é viver em sociedade e àquilo que é uma relação entre cidadãos num espaço construído. São ideias quase endémicas, porque as sentimos de uma forma bastante directa, na medida em que a maior parte da humanidade, a caminho de $\frac{3}{4}$ de população urbanizada, vive o dia-a-dia e as experiências de relações colectivas num espaço quase continuo e construído ou, pelo menos, modificado pelo homem, a que genericamente se chama cidade.

2. Então conseguiria responder-me enquanto cidadão, mas não como arquitecto?

R: Acho que não existe nenhuma disciplina que seja específica para o caso da arquitectura em matéria de prevenção criminal; acho que é um problema interessante a par de outro, numa escala um pouco mais privada ou pessoal, que é a relação entre o espaço e o próprio indivíduo. Qual é o comportamento dos indivíduos no espaço ou do mesmo indivíduo em diferentes espaços? Sobre isto tem-se dissertado muito, muitas vezes de forma empírica; julgo não haver matéria suficientemente objectiva para que se possam obter indicações úteis em fase de projecto, que se constitua como instrumentos de trabalho.

É uma zona onde por vezes se criam grandes equívocos, porque se remete para a esfera do espaço questões que são de outras áreas, que têm a ver com o relacionamento social, económico, cultural, entre grupos, incluindo a própria família.

3. Poderia contextualizar-me, resumidamente, o Bairro da Bela Vista? Qual a finalidade para a qual o bairro foi construído? Porquê naquele lugar geográfico?

R: É uma questão objectiva e documentada, que está no IV Plano de Fomento, da época de Marcelo Caetano, antes do 25 de Abril.

A área de Setúbal foi definida como carecida de planeamento capaz de prever a instalação ou o reforço de indústria, sobretudo a pesada.

Setúbal possuía indústria metalomecânica pesada, automóvel, cimenteira, papel, terminais mineiros, todo um conjunto de indústrias já então consideradas médias e pesadas. Tinha, por isso, uma grande concentração operária, manifestando-se em Setúbal a necessidade de alojamentos para operários e suas famílias.

Na visão do IV Plano de Fomento havia o propósito de reforço dessas actividades e o cuidado de prever habitação tanto para a população a instalar de novo como para a que lá estava numa situação precária, ou que habitava longe, com perda de energia e de tempo.

Foi por isso que ao Fundo de Fomento da Habitação (FFH), fundado em 1969 pelo regime marcelista, se atribuiu a incumbência de individuar uma área onde desenvolver uma operação que atendesse às necessidades de alojamento.

Esse trabalho foi elaborado e conduzido entre os anos de 1971 e 1974 pelo arquitecto José Semide, que procedeu a uma delimitação muito precisa da nova área urbana. Uma área que englobava a Bela Vista e a área adjacente até à estrada para o Alentejo, incluindo o Vale da Rosa e, para nascente, a Herdade de Santas e a Movauto até à linha do caminho-de-ferro e à Central Termoeléctrica de Setúbal, num total de 770 hectares.

Foi uma área individuada com um conjunto de parâmetros e princípios muito correctos, então como ainda o são hoje, propondo o crescimento da cidade na continuidade da Setúbal de então, sem iatos entrepostos. Juntava à cidade existente a que se fizesse de novo de forma a não as desligar, ainda que pudesse conter uma área florestal ou agrícola integrada no novo conceito e forma de área urbana.

Era um plano com desenho – em área topograficamente delimitada – que faz uma análise das capacidades do solo sem perder de vista a sua aptidão agrícola; integrando-a, até. Este era um traço distintivo e inovador. O Plano atendia à vocação do solo, com as suas zonas baixas e de encosta, que não eram sacrificadas à construção mas mantidas como áreas de uso agrícola ou de protecção florestal; as zonas de crista, de fosto, essas sim, eram susceptíveis de serem urbanizadas.

Este plano registou e defendeu este conjunto de intenções, e colocou no mapa, de uma forma que considero correcta e saudável, aquilo que deveriam ser os princípios de organização de uma nova e vasta área urbana em Setúbal.

Com o 25 de Abril surge um forte movimento em torno das carências de habitação. Estimava-se então que a carência de alojamento no país se situava entre os 750 mil e o milhão de fogos, cabendo também a Setúbal satisfazer uma parte dessa necessidade. A população organizou-se em torno do local de trabalho e do lugar de residência. Esta movimentação pressionou a Administração Pública no sentido de obter habitação que pudesse ser acessível, mediante arrendamento. Aparece o movimento cooperativo no sector da habitação, com grande expressão em Setúbal. É talvez uma das cidades do país onde o movimento cooperativo na área da habitação maior importância assumiu. Na cidade há essa movimentação, esse pedido de habitação, expresso e exigido com urgência!

Por outro lado, existia na nova Administração democrática a predisposição e o compromisso para responder a essa necessidade; iniciaram-se ou continuaram-se de forma mais rápida os estudos já elaborados antes de '74, nomeadamente os do arquitecto José Semide para Setúbal.

Ingressei no FFH a seguir ao 25 de Abril e foi formado um Grupo de Trabalho, pluridisciplinar, com arquitectos, engenheiros, desenhadores, topógrafos, geógrafos, sociólogos, economistas, entre outros profissionais. O FFH tinha um funcionamento bastante poli facetado quanto às suas competências disciplinares confluentes nos fenómenos urbanos e habitacionais. O trabalho foi iniciado tendo precisamente por base aquela delimitação (que tinha o nome de Plano Integrado de Setúbal) e foi definida uma primeira área, uma primeira fase de intervenção: exactamente a da Bela Vista, para cerca de 3000 fogos de promoção directa. Seria a Administração Central ou a autarquia que desenvolveriam esse plano habitacional.

Ao mesmo tempo, formavam-se as cooperativas de habitação que iriam implementar programas próprios, dirigidos aos seus associados; caso da Cooperativa das Manteigadas, da CheSetubal e de muitas mais em Setúbal. Tudo confluiu para a realização de uma primeira fase de infra-estruturas urbanas, com início de obra em 1976, na área da Bela Vista, a que se seguiu o lançamento de um primeiro quarteirão habitacional (E5), sempre por concurso público, também neste ano. Ao fim de ano e meio após o 25 de Abril, num tempo muito rápido, há obra no terreno, o que não era habitual quer em Portugal como no estrangeiro, onde o prazo normal entre o início de estudos e projectos e o início de obras no terreno era de quatro anos. Começou-se da forma correcta: primeiro, as infra-estruturas e depois os edifícios, quando as infra-estruturas estavam já aptas a receberem construção de promoção directa do Estado, em regime de arrendamento.

Esta é um pouco da história da génese do Plano Integrado de Setúbal e da nova área urbana da Bela Vista.

A população a que se destinava era, sobretudo, a que trabalhava na indústria; uma população que se estava a organizar partir do local de trabalho ou do lugar de residência, esta, precária. E que se orientou também para a formação de cooperativas, que são uma expressão desse movimento operário pela habitação. O Plano Integrado de Setúbal acabou por se disponibilizar mais para a população que não estava organizada, mais predisposta para ser alojada em fogos de promoção directa do Estado, provindo ela de bairros degradados ou mesmo de barracas, quer do concelho de Setúbal quer dos concelhos limítrofes, onde a população mal alojada se sentiu atraída pela possibilidade de se integrar numa operação de realojamento na Bela Vista em regime de renda social (comparticipada).

4. Quer dizer que quando o espaço da Bela Vista foi planeado e projectado, não estava previsto realojar população de bairros degradados, ditos de lata?

R: Não é bem assim. A maior parte da ocupação seria com população que já estava empregada em Setúbal. Depois, houve a vinda dos “retornados”, portugueses e outros habitantes vindos das ex-colónias, que também exerceram pressão sobre as disponibilidades do parque de habitação em Portugal. Ocuparam certo tipo de casas e influenciaram o realojamento noutros lugares; eles próprios também foram realojados; foram criados programas específicos de realojamento para retornados: os programas da CAR - Comissão de Apoio aos Retornados. Há todo um conjunto de instrumentos administrativos e técnicos que vão ao encontro dos vários formatos que a satisfação do direito à habitação tomou; entre eles a promoção directa, as cooperativas, ou as operações SAAL (Serviço de Apoio Ambulatório Local) com equipas nos bairros já pré-existentes, que reedificavam o bairro e davam resposta concreta, no mesmo local, a necessidades prementes.

Tudo isto se passa com enormíssima velocidade, rapidez, e onde, em geral, (não é o caso de Setúbal) houve um grande pragmatismo que dispensou, em muitos casos, uma planificação que olhasse à própria inserção e relação das operações com a cidade e a sua população, fosse ela Lisboa ou outra. No caso de Setúbal já vinha de traz um processo de planeamento, não suficientemente aproveitado e valorizado pelas sucessivas administrações central e local, que equacionava o crescimento da cidade ou a sua ampliação tendo em conta uma satisfação de alguns milhares fogos, na ordem dos 8 a 10 mil, que era a necessidade então estimada. Boa parte do potencial do plano está ainda lá,

disponível para novas operações urbanas, uma vez que no passado houve descontinuidade de propósitos.

5. Crime Prevention Through Environmental Design (CPTED). Conhece este conceito e as suas estratégias de aplicação? O que pensa acerca da CPTED aplicada ao espaço, com o objectivo de prevenir o crime e de aumentar a segurança?

R: Sou totalmente sincero ao dizer-lhe que não conheço!

(depois de lhe ser explicado o conceito e referido os quatro princípios fundamentais: vigilância natural, controlo natural de acessos, territorialidade e manutenção)

R: Permita-me fazer algumas observações. Nestes 4 princípios não me parece estar, em meu entender, o cerne da questão e que é: a instrução e a formação, a inserção social, económica e cultural. Os quatro princípios são quase exclusivamente referidos a parâmetros geográficos e de forma urbana.

(tentou-se explicar-lhe, de forma resumida, a 2ª geração CPTED que alia os factores físicos aos factores sociais)

R: A *escola de Chicago* fez trabalhos muito importantes no final dos anos '50/início dos anos '60 estudando a cidade de Chicago do ponto de vista sociológico e fazendo uma caracterização muito precisa de áreas, de etnias muito diversificadas, e onde ganham importância outros factores que aqui não cabem de uma forma explícita, como os hábitos nas relações entre pessoas, entre estas e lugares com as funções e os próprios usos. É um caminho que suscitou muito interesse mas que, como outras pesquisas em direcções semelhantes feitas noutros países, como em França, tiveram sempre muitas dificuldades, senão a impossibilidade, para serem transcritas e instrumentalizadas no projecto de áreas urbanas ou de conjuntos habitacionais. Isto é, parece difícil encontrar uma correspondência entre o modo de viver e a forma do cenário em que essa vida se processa. Ou, ainda mais complexo, deduzir da forma do cenário o modo de vida do homem.

6. Quando se projectou/imaginou o bairro a questão da segurança (contra o crime) estava presente? Que factores foram considerados?

R: A questão da segurança, nos termos que refere e a meu ver, só pode estar presente quando se está a planear ou uma cadeia ou uma cidade-prisão (como existem nos EUA, e com gestão privada!) ou um gueto (no passado como no presente, seja em situação de “paz” ou de “guerra”); tudo situações que prefiguram a cidade policial ou militarizada. Não se tratou de planear uma área urbana para delinquentes! Nem de exercer o poder, mediante a cidade e as suas construções, sobre um inimigo social, cultural ou de raça!

Esse factor (segurança contra o crime) não constitui um factor para quem pensa a cidade, e que pense a cidade de uma forma humanista, como o lugar do homem na sua plenitude; não faz parte da solução. É parte de um problema cuja solução se não processa mediante o acto de projectar e de construir.

Sou contra que se faça uma cidade para os pobres e uma cidade para os ricos. Discordo totalmente daquilo que se tem feito em Portugal ultimamente, e num sentido oposto à cidade aberta e civil (pública), que são os chamados condomínios fechados e pretensamente imunes ao crime quer lhes chegue do exterior mas não certamente imunes ao que se gera ou “habita” no seu interior, por “mérito” dos seus habitantes.

O caminho não é o de “aprisionar” o espaço urbano e construído e a liberdade que ele, como coisa pública, deve proporcionar. O caminho é o de libertar o homem, o que passa pela maior liberdade dele por relação com o uso do espaço que ele próprio organiza para uso privado (a casa) e para uso social e público (a cidade).

O que há a fazer é com um outro material: com o material humano; é este que tem de ser trabalhado, dignificado.

Lembro-me, a seguir ao 25 de Abril, em reuniões entre os técnicos, a população e suas famílias, para se saber como iriam ser as novas casas (havia muito demagogia, dada a ingenuidade quanto ao conhecimento do processo que conduzia do programa e da vontade dos moradores até à forma do projecto, da casa), pensando-se que os arquitectos, realmente empenhados em corresponder aos desejos com bons projectos de casas, iriam passar a limpo, com o desenho, as ideias contraditórias e até irrealizáveis que os “pobrezinhos” explicavam. À pergunta dos técnicos de como queria a população as suas casas, esta respondia, pela boca dos moradores: “está a perguntar a nós? Olhe, faça uma casa que também goste de lá estar, que para nós está bem! O que estiver bem para si, também está bem para nós!”

Tinham razão os moradores; o arquitecto não podia ser a mão alugada que iria dar forma ao que a população descrevia. Tinha que dar uma resposta comprometendo-se com a melhor arquitectura possível naquelas condições.

O problema é o problema da casa, de um ponto de vista geral; o de ser uma casa bem organizada, aceitável. Nesses anos, foi na própria habitação social que os arquitectos tiveram a possibilidade de elevar os standards de satisfação dentro da casa (áreas e relações funcionais na casa); como não existia na habitação dita de mercado.

Quem estabelece o standard mínimo e o padrão de qualidade é a habitação social, porque tinha atrás de si técnicos qualificados, um Laboratório Nacional de Engenharia Civil, toda uma cultura, também técnica, que possibilitava organizar o espaço para que fosse útil e bem utilizado.

Este aspecto é importante: desafectar a solução da casa de um propósito que se apresenta muitas vezes como um propósito de cura social, em vertentes e em áreas que a arquitectura não pode tratar nem curar porque não é o seu campo disciplinar; não pode actuar na casa e na cidade à semelhança do que faz a medicina com o corpo do homem.

Recentemente, uma polícia da esquadra da Bela Vista dizia:

“Estas galerias todas... eles fogem pelas galerias e depois saem pelo outro lado e nós não conseguimos controlar nada!”

Dir-lhe-ia o contrário: as galerias são uma enorme condição de liberdade.

Tudo depende de como as pessoas usam essa liberdade. Podemos percorrer um edifício de lés a lés, ao longo de uma galeria, que é, de facto, um espaço colectivo e não um espaço privado, embora por vezes esteja privatizado. É uma grande liberdade; só que, por vezes, mal usada.

7. Olhando actualmente para o Bairro, quais, na sua opinião, são as maiores vulnerabilidades do espaço construído?

R: Vou-lhe dar uma visão geral de como foi projectado.

Esta área urbana foi pensada tendo como suporte três elementos/espaço:

- O *espaço público*, tradicional, com parque, escarpas sobre o Sado e ruas.

Infelizmente foi diminuído com facilidades que a administração concedeu ao localizar pavilhões, um campo de futebol, de forma avulsa. A área do parque foi sendo consumida e a das escarpas não foram objecto de total recuperação; o que foi negativo.

- As *praças*, de uso colectivo, que são espaços de relação e apoio aos fogos. São elementos intermédios, entre o espaço privado (fogos) e o espaço público (ruas).

- As *galerias*, que são uma terceira categoria de espaços: os acessos, mais íntimos, aos fogos que formam os quarteirões.

É uma solução espacialmente rica e diversificada. A densidade de construção (fogos/hectare) ou a relação entre espaço construído e espaço livre é bastante generosa possuindo, no entanto, aquela “espessura” e densidade, mais uma vez, que é própria da cidade; isto é, as construções não se diluem no espaço a ponto de perder a relação entre si, que é o atributo próprio de uma área urbana: relação, concatenação, composição, princípios ordenadores! A densidade da Bela Vista não é nem pouca, nem muita: são cerca de 60 fogos por hectare, um índice urbano médio.

Do ponto de vista dos parâmetros urbanísticos tem uma caracterização bastante favorável. O que se passa, é que existe uma conflitualidade interna, que transborda para a relação com o outro, que transborda para o caminho colectivo comum ao outro: uma intercepção que se dá na galeria, como poderia dar-se, e dá, no passeio, e que se resolve cortando a galeria com grades e paredes que dividem os cidadãos no espaço, que é o da sua relação colectiva; tal como na vida real. Mas desta relação poucos reclamam ou a reparam socialmente.

Aparece a grade, aqui e ali, reduzindo o acesso de cada um apenas a metade da galeria. Estas situações são comentadas pelas pessoas: “pois, o erro é do tipo de espaço que está lá!”. Acho que o erro está no tipo de uso daqueles espaços, e importará saber porque é que as pessoas o usam daquele modo.

Há pessoas residentes que têm perfeita consciência das possibilidades que aquele tipo de organização dá e até o defendem; têm a coragem e a lucidez de o defender. De uma forma geral todos querem apropriar-se de mais uns metros quadrados para meter “lixo” (objectos e máquinas já sem grande préstimo).

Falta a correcta utilização desses espaços de galeria; que se tornam impraticáveis e inúteis.

Nos edifícios “rosa” da Bela Vista, a tipologia de “direito e esquerdo” (sem galerias de distribuição) não produziu melhores resultados quanto à integridade dos espaços privados (fogos) e públicos. O que parece demonstrar, precisamente no mesmo bairro, que os aspectos comportamentais da população são indiferentes à questão tipológica.

Há também falta de remoção atempada dos lixos domésticos e urbanos. Se fossem frequentes os serviços de limpeza (que têm sido de uma empresa privada) “teimando” manter esta área urbana sem lixo, sem detritos, então quem lá vive reconheceria que é melhor tudo estar limpo. Defenderiam a própria limpeza.

Em Setúbal, diz-se que os problemas são ainda mais graves na zona do centro histórico. Os problemas da Bela Vista são como um livro sempre aberto; os problemas de outras áreas urbanas são ocultados.

Penso que não seja possível, senão com meios repressivos, desenhar espaços urbanos que sejam eles próprios o garante da segurança. Se há a necessidade de segurança é porque há lá gente que cria insegurança. Se a cria, terá que ser contrariada, e para isto terá que ser isolada? Isolar é cortar o caminho da sociabilidade!

O defeito da Bela Vista será o de ter disponibilidade para a sociabilização e as pessoas não estarem predispostas a fazê-lo. Há que procurar as causas.

8. Mas considera que o tamanho do bairro não é um problema? (a sua dimensão)

R: Mas Setúbal é muito maior. Há casas, bairros e ruas muito maiores!

9. Como nos referiu, o bairro não foi construído para realojar pessoas de classe baixa, das ditas barracas (...)

R: Foi construído para gente empregada.

Uma cidade de gente desempregada é um ninho de problemas; é a negação da própria condição de cidade e de cidadania. É esta condição que vemos constantemente negada, coincidindo com os “bairros-problema”.

O que aconteceu foi que, por várias razões, as administrações locais, não só de Setúbal como de outras câmaras, viram se livres de vários problemas e libertaram terrenos, até para construção, ao deslocá-los para ali; portanto, foi uma espécie de arrumação, o que se fez.

Há ali etnias com muito carisma, muito carácter, que se contrapõem umas às outras. Há de tudo: asiáticos, indianos, europeus de leste, nómadas (ciganos) com culturas ancestrais muito diferentes, habituados a viver em zonas com homogeneidade étnica e cultural (estão inventariadas 47 línguas na Bela Vista).

A aculturação que se deu em 20 ou 30 anos (em 78 já havia casas habitadas) foi positiva e não é por acaso que há pessoas que quando são entrevistadas dizem ter um sentido de pertença ao bairro, àquele lugar. Orgulham-se da ligação àquela parte da cidade!

Gostava de acrescentar que a seguir ao 25 de Abril houve uma grande preocupação, por parte dos técnicos envolvidos, para integrar as acções dos vários ministérios naquela operação; isto é, juntar as valências do Ministério da Administração Interna com as do Ministério da Educação, da Saúde, da Economia e outros. Foi feita uma listagem dos

vários serviços do Estado, da administração central à regional e local, que teriam que ver com o projecto e o funcionamento numa qualquer parte de cidade. Foi feita uma programação de equipamentos; o que aconteceu foi que muitos ministérios, não o Ministério das Obras Públicas a que pertencia o Fundo de Fomento da Habitação (FFH), quando chegado o momento nada contribuíram. O FFH (e eu próprio) teve alguma responsabilidade, positiva, só parcialmente possível de colmatar, ao substituir-se àqueles ministérios; o FFH, extravasando as suas normais competências, disponibilizou espaço para lojas, creches, associações culturais nos pisos térreos dos edifícios projectados. E, assim, garantiu serviços mínimos de apoio na proximidade. Os habitantes, espontaneamente, organizaram-se numa série de associações de carácter mono cultural e mono religioso; instalaram-se lá.

De facto esses outros ministérios falharam; o único que apesar de tudo respondeu, e se excedeu, no sentido de ter disponibilizado áreas que caberia a outros organizar, foi o Ministério das Obras Públicas. Este é um facto que raramente vejo referido. Diz-se que a cidade é um todo, mas chegados ao momento, há uns que mal ou bem cumprem e fazem alguma coisa, e outros que nada fazem! Foi um período em que os governos mudavam constantemente.

Havia que atender de forma muito rápida a situações de muita pressão.

Muitos milhares de famílias viviam nas condições mais miseráveis. À volta de Lisboa, por exemplo, estavam bairros de lata onde a câmara cobrava renda pelo lugar da barraca. Se não tivessem sido realizadas operações de construção de habitação económica, a situação de centenas de milhares de famílias no país teria sido ainda mais complicada e muitos teriam crescido em condições ainda mais deploráveis. Vivia-se uma situação de profunda crise económica, social e cultural de que hoje poucos têm consciência, ou querem lembrar.

10. Nos bairros em que à partida se sabe que se vão alojar (já não estamos a falar apenas no caso da Bela Vista) pessoas de bairros de lata e de classe baixa, o que será correcto fazer?

R: Os moradores diziam: “Oh senhor arquitecto se as casas forem boas para si, também são boas para nós!” Não é pelo facto de as casas serem para aquelas pessoas que devem ser diferentes; diferentes naquilo que possa significar variedade de opções quanto a espaços e relações entre eles. Por outro lado, a convivialidade naquele bairro é uma realidade; e, neste aspecto, está garantida pela disponibilidade de espaços que foram criados.

11. Mas a grande dimensão, como é o caso da Bela Vista, não poderá causar a ausência de um sentimento de territorialidade e criar “espaços de ninguém”?

R: Não! Acho que o problema não é esse; pelo contrário, o que há é uma forte apropriação dos espaços. Existe um quarteirão onde está sediada uma associação de antigos pára-quedistas e que fizeram eles? Uma escola de tiro ao alvo, um campo de tiro na praça. Como são antigos combatentes, pára-quedistas, ninguém diz nada! Há algum tempo esta associação veio pedir uma ampliação. Já tinham privatizado o uso de parte substancial de uma praça e agora queriam ainda mais. À câmara disse que, na minha opinião, era uma asneira pois não devia sequer lá estar um campo de tiro! Uma aprendizagem com que finalidade? Não tem sentido!

Os poderes constituídos manifestam alguma inconsciência quanto a este tipo de pretensões, para mais inscrito numa área habitacional.

No sentido de criar e fixar emprego na área da Bela Vista, nos anos de 1977/78, com a colaboração da Secretaria de Estado da Indústria preparámos um documento que estabelecia as regras de proximidade entre a indústria e a cidade, as áreas de habitação. Classificámos todas as classes de indústria e estabelecemos um conjunto de parâmetros para a sua correcta e possível localização, relacionando distâncias e edifícios de habitação. Aquele foi um documento pioneiro, instrumento útil para os nossos propósitos de instalação de pequenas e de algumas médias indústrias e outras actividades produtivas. O plano não tinha apenas habitação; porque tendo vales, estes deviam continuar a ser agricultados. Iria para lá o Incoop - Instituto António Sérgio do Sector Cooperativo, dependente da Presidência do Conselho de Ministros. O Incoop instalaria uma escola de profissionais na área agrícola. O FFH disponibilizou terreno para a instalação do Incoop, foi feito um protocolo para a instalação da escola e, coisa muito importante, a gestão do sistema agrícola na área do plano seria uma tarefa do Incoop, particularmente vocacionado para isso.

Este propósito, de formação e de ligação à actividade produtiva agrícola teria sido muito bom porque ocuparia alguma população e era uma forma de relação continuada com a própria terra, obtendo-se um efeito produtivo útil para as próprias famílias.

Não foi por diante porque mudou o governo, porque mudaram as orientações para o Incoop. Portugal é um país constantemente interrompido, temos esta “qualidade”.

12. Se fosse hoje, o plano teria a mesma forma, dimensão e organização?

R: Tudo está marcado pelo “tempo” e pelas condições em que se realiza.

O que lá está é apenas uma primeira fase, de uma acção mais vasta; houve outras fases, que foram estudadas até ao nível do projecto de execução. Mas surgiu um grande corte em tudo quanto eram programas de habitação apoiados pelo sector publico. Passou a defender-se que Portugal tivesse uma importante percentagem de fogos produzidos pela iniciativa privada e fosse suprimida ao máximo a promoção directa do Estado; a promoção pública foi desencorajada, até mesmo anulada. Passou-se isto no Governo de Sá Carneiro. Nesses mesmos anos, em França, que era e é um país muito mais desenvolvido que nós, cerca de 25 % do número de fogos produzidos anualmente cabia à administração pública; não era vergonha nenhuma, e muito menos um sinal de “regime comunista”, como aqui se queria fazer crer. Tratava-se, tão só, de uma politica social consistente, ainda hoje comum a países como a Dinamarca, a Suécia, a Noruega ou na Finlândia.

13. Existiu algum tipo de condicionalismos impostos (por exemplo pelo Órgão de Governo Local) neste tipo de projectos como é o caso da Bela Vista? Ou a nível de projecto os arquitectos têm liberdade para o fazer?

R: A “liberdade” é sempre bastante negociada. A implantação geral tem o propósito de organizar um território, de o predispor para ser bem habitado; onde se não faz tábua rasa, implantando a construção sobre montes e vales, não! Houve um respeito muito grande pelo equilíbrio entre a natureza e o homem, pela aptidão do solo, pela sua vocação e forma de o utilizar. Qualquer projecto é uma operação complexa, bastante meditada.

14. Durante o planeamento do bairro, a Policia teve alguma intervenção, no âmbito da segurança, por exemplo através de pareceres?

R: Que eu saiba não. Mas o Ministério da Administração Interna sabia perfeitamente aquilo que se estava a fazer, os contactos existiram, mas não houve dicas nenhuma.

15. Mas Considera importante que a polícia participe?

R: Acho que poderá ser um contributo a ter em conta; mas desconheço o seu alcance. Como lhe disse, não foi possível integrar na Equipa e nos seus propósitos os contributos dos vários ministérios. Teria sido importantíssimo, só que cada um tinha as suas prioridades e ninguém se dispunha a dividir um objectivo comum. É muito difícil trabalhar em equipa e todos terem tempo para se ouvirem e, depois, ainda trabalharem.

16. A CPTED assenta na cooperação de vários “actores”. Considera importante que a concepção, o planeamento e a construção (a nível local) seja levada a cabo por uma equipa de Arquitectos, Urbanistas, Projectistas, Forças de Segurança, Órgãos do Governo (Câmara Municipal) e Comunidade? Não esquecendo a formação.

R: Seria fundamental pôr as coisas a funcionar, em rede, entre as pessoas que possam ser intervenientes num dado processo. Gostaria de dialogar com os operacionais da esquadra da Bela Vista para que eles transmitissem a própria experiência e desta se pudesse transpor para projectos.

17. Contudo, depois do que já nos disse, podemos concluir que não considera que o factor físico do espaço seja um potencial factor criador da insegurança e criminalidade?

R: Não acho! Não é para me defender, porque estou disposto a admitir erros; mas não creio ser determinante. Acho que a sociedade, em geral, procura arranjar um bode expiatório para se desobrigar daquilo que são obrigações fundamentais e que têm a ver com cidadania: os direitos e deveres de um indivíduo na sociedade. Aquela população não tem as mesmas oportunidades que outras. Teria que existir um esforço muito especial para que as sucessivas gerações de miúdos tomassem um caminho diferente.

Há uma actividade de autodestruição. Há uma tensão brutal que advém de uma carência endémica de todo o tipo e que só o Poder Público pode apoiar e ajudar a resolver.

Mas a maior parte da população não é assim! Um dia fiz uma experiência num dos edifícios e que foi subir uma mesma prumada e visitar os 4 fogos: rés-do-chão, 1º, 2º e 3º andar. Para ver como os encontraria; uma mesma tipologia de fogo mas com famílias diferentes produziu arranjos diferentes. Cada casa era de sua maneira; até os usos dos mesmos locais, de casa para casa, eram diferentes. Havia quartos no lugar das salas e vice-versa. Todos os fogos eram usados de modo diferente, tal como acontece em qualquer cidade como Lisboa.

E as casas visitadas, na sua diferença, eram cuidadas.

18. O espaço privado do bairro da Bela Vista está bem mantido?

R: Muitos dos fogos são bem usados e estão arrançados. Mas muitos estão sobreocupados, sobrelotados com os pais, os filhos e até já netos, numa promiscuidade socialmente pouco saudável. Casas maiores, como os T3, para um máximo de 6 pessoas por vezes têm 8 e 10 pessoas. Há a sobreocupação, e também a

sublocação, quando quem está lá por direito, depois arrenda a outros. O que dificulta à própria câmara conseguir identificar quem é que de facto habita os fogos. Há quem pague e quem não pague renda, apesar de muitas rendas não ultrapassarem alguns euros.

19. Temos conhecimento de um projecto de reabilitação do Bairro de Bela Vista, levado a cabo por um grupo de Arquitectos paisagistas do Instituto Superior de Agronomia. Tem conhecimento do mesmo? Em que consiste?

R: Conheço e estão a trabalhar connosco na Equipa Técnica, coordenados pela Professora Manuela Raposo de Magalhães.

Trata-se da reabilitação de todas as praças, criando ambientes de melhor relação entre os moradores.

Há muito que as praças não estão como foram projectadas e construídas, porque lhes arrancaram árvores e foram alvo de destruições várias, e ocupadas, sem razão, por estacionamento. Agora, é um projecto de reequipamento das praças com particular atenção ao uso dos mais novos.

20. Pretende-se fazer com que as pessoas usem o espaço?

R: Sim, exacto! Como sempre se pretendeu e criaram condições. O problema é que as praças têm sido usadas para fins que lhe não são próprios, como estacionar junto à própria janela de casa!

21. Acha que o uso das praças poderá ajudar ao nível de uma maior segurança?

R: Sempre achei, tanto mais que a “praça” está sempre a ser vista pelos habitantes a partir das suas casas, dispostas nos seus quatro lados. Mas existem interesses contraditórios, por exemplo: há quem meta carros lá dentro, o que é um uso indevido daquele espaço colectivo. É claro que se existissem outros equipamentos que até estavam previstos esta área urbana seria diferente, mais completa e melhor servida, mais cómoda no quotidiano. O que foi proporcionado é apenas parte de um todo que não chegou a ser realizado.

22. Mas isto assenta mais numa questão de embelezamento?

R: Não, é sobretudo equipar; é predispor para uma maior fruição. Um aspecto muito importante a fazer notar é que ao fim de 30 anos, com uma actividade de destruição tão permanente, os edifícios ainda estão de pé! São edifícios muito castigados, que nunca

foram pintados; as manchas que lá se vêem são repinturas pontuais executadas pelos próprios moradores.

Cabe aos proprietários dos prédios conservá-los. Mas existe uma enorme dificuldade. Foi feita a venda de fracções, por parte do Estado aos moradores, por preços bastantes simbólicos. Houve gente que comprou, outros que não, e tudo isto criou uma situação muito complicada na gestão dos edifícios: ter edifícios onde, suponhamos, 25 fogos são em regime de propriedade horizontal e os restantes 55 fogos estão em arrendamento, de propriedade da Câmara Municipal. O que dizem estes 25 proprietários? “Não! Nós não entramos com dinheiro para obras porque isto devia estar bom e o principal proprietário é a câmara que tem cá 55 fogos; ela que faça as obras!” Os proprietários não participam na conservação do edifício e, no entanto, era seu dever fazê-lo. É sempre muito complicado montar uma administração de condomínio onde existe uma semelhante diferença de regime de propriedade; porque um é arrendatário e é administração pública e os outros são proprietários.

Em França, onde há uma forte presença de imigrantes, que Portugal não tem da mesma maneira, com grupos numerosos e culturalmente muito diferenciados, o que se tem vindo a fazer é reabilitar os bairros, e não abandoná-los ou demoli-los, começando por qualificar profissionalmente os seus habitantes, dando-lhes oportunidades.

Agora, se não formos capazes de gerar situações mais positivas, acontecerá que geração atrás de geração irá ser iletrada, sem possibilidade de se adequar ao mundo do trabalho. O mercado de trabalho é escasso, o que não favorece os mais fracos do ponto de vista da formação.

As pessoas terão que ser motivadas e apoiadas para se prepararem para novas apostas de vida. Um espaço, só por si, dificilmente é benigno ou maligno, do ponto de vista social.

Entrevista 4

Entrevistado: Subcomissário Maria da Luz

Função/cargo: Comandante da 2ª Esquadra da Divisão de Setúbal (Bela Vista)

Data: 6 de Março de 2010

1. O que significa para si Segurança Urbana e Prevenção Criminal?

R: Sendo a PSP um garante do Estado, compete-nos assegurar e garantir a Segurança Pública e prevenir toda a criminalidade. Se efectivamente isso for conseguido, significa para mim que consegui os objectivos a que me propus e que o meu pessoal tem a noção do que anda a fazer na rua. Devemos com a nossa presença, com a nossa perspicácia, empenho e profissionalismo, evitar o cometimento de ilícitos, e deter aqueles que em termos criminais prevariarem. Assim, conseguimos criar na população que servimos um sentimento de segurança, que é necessário para a tranquilidade pública.

2. O que pensa acerca do da concepção e do ordenamento do Bairro Amarelo da Bela Vista?

R: O Bairro da Bela Vista foi construído na década de 70 e tinha como objectivo albergar todos os trabalhadores das fábricas de Setúbal., Com a chegada de pessoal das Antigas colónias houve necessidade das habitações serem distribuídas a essas mesmas pessoas, por necessidades várias.

A sua construção é labiríntica, com corredores que interligam a maior parte dos edifícios, o que permite aos residentes circularem praticamente por todo o bairro sem utilizarem a via pública. Os próprios, por uma questão de segurança e mais privacidade foram fechando os corredores, uns com paredes, outros com alumínio, o que dificulta extremamente a nossa acção sempre que pretendemos dar cumprimento a mandados de busca ou detenção, pois encontramos quase sempre a 1ª. Barreira como impedimento e só depois de vencida esta é que temos a 2ª. Que é a porta da residência.

A sua concepção em nada abona o bom nome “ BELA VISTA “ que de facto é mesmo uma bela vista, com uma paisagem soberba sobre o Rio Sado e a sua baía que é considerada a mais bonita da Europa. Grande contraste com a pobreza do bairro, a todos os níveis, económico, social, habitacional, higiénico, profissional. Apesar de haver no bairro demasiadas Associações as quais “ Dizem “ que trabalham para melhorar o bairro, de facto esse trabalho não se vê. Deveria haver uma só Associação, com muitos trabalhadores, interessados em trabalhar. Quem concebeu de facto este bairro guetizou-

o, consciente ou inconscientemente. Quem realojou ali todas as minorias, guetizou-o. Quem pensa que tem que limpar todo o lixo que aquelas minorias produzem, nos seus espaços comuns, guetiza-os. Estas minorias, porque se auto-escluem e se ostracizam, guetizam-se também. Estas minorias não necessitam que o “ Sistema “ lhes dê o peixe para comer, necessitam sim que se lhes entregue uma cana de pesca e se ensinem a pescar. (é o que eu penso.....)

3. O factor físico do bairro é um factor que influência/proporciona a pratica de crimes ou o sentimento de segurança?

R: Sem dúvida. A forma como está construído, dá possibilidade de fuga imediata aos prevaricadores sem terem que utilizar a via pública. Se alguém se lembra de atirar uma pedra a um carro ou a uma pessoa, é impossível à Polícia identificar o agressor devido a essa mesma possibilidade de fuga. A sua construção tem pátios interiores, que estão, como lhes convém, sistematicamente sem iluminação pública, pois não há lâmpada que resista. A escuridão é factor de insegurança, de medo. A falta de respeito para com os idosos por parte da maior parte da juventude do Bairro, juventude rasca, que não tem habilitações académicas porque não quer estudar visto dar muito trabalho, o facto de gozarem com os mais idosos, é factor de insegurança para com os mesmos. O facto de haver tráfico de estupefacientes e de consumos quase descaradamente, é factor de insegurança para as pessoas honesta que têm que ali viver por falta de recursos. Há ali muita gente trabalhadora, honesta, simples mas responsável.

4. O bairro é classificado como uma Zona Urbana Sensível? De que forma a concepção e a manutenção do bairro contribuem para classificar o bairro como uma zona urbana sensível?

R: Sim é classificado como uma ZUS.

Porque é um gueto devido à sua concepção, proporciona a que o tráfico se faça, devido à possibilidade de fuga.

O Tráfico existe porque a maior parte dos jovens não trabalha, salvo raras e exemplares excepções, e ao poderem ter muito dinheiro de forma fácil e rápida, não querem progredir de outra forma senão esta. Por outro lado, os dependentes, sabem que ali têm o seu “ Mercado “ quer seja dentro de casas, quer seja nos túneis de ligação dos pátios interiores. Por outro lado os telemóveis e os vigias fazem um óptimo trabalho de forma a sonegarem informação à Polícia. É raro chegarmos e encontrarmos algo, só se

estiverem de facto muito distraídos, ou então fruto de longas vigilâncias que culminam em buscas domiciliárias.

5. Quais são as principais vulnerabilidades do espaço construído do bairro, no que diz respeito à segurança e ao crime?

R: A construção labiríntica, as possibilidades de fuga e sobretudo a “ camaradagem “ que existe entre os residentes. Ninguém sabe de nada, ninguém viu nada. Aquela nobre frase: Eu não sei, não fui nem vi.

6. Considera que a dimensão do bairro, as galerias, os pátios constitui um problema? No caso da Bela Vista, poderão estas características arquitectónicas causar a ausência de um sentimento de territorialidade e criar “espaços de ninguém”?

R: De facto cria espaços de ninguém, mas não a ausência de sentimento de territorialidade. Têm o sentimento de “ O MEU BAIRRO, A MINHA DAMA “

7. Existe boa iluminação no bairro?

R: Existe quantidade suficiente de candeeiros de iluminação pública mas quase todos com as lâmpadas partidas, logo não funciona, o que lhes permite fuga imediata e sem reconhecimento. Não obstante a CMS repor quase diariamente lâmpadas estas não interessam que funcionem, logo causam insegurança para as pessoas honestas e trabalhadoras.

8. É visível dentro do bairro a teoria Browken Windows?

R: De facto várias instituições que entretanto mudaram de instalações e as antigas estão devolutas, têm todos os vidros partidos e estão demasiado conspurcadas. Quanto mais lixo, mais tendência há em aumentá-lo.

Como a CMS talvez não tenha verbas para a reparação imediata, verifica-se de facto essa teoria.

9. A câmara municipal preocupa-se com a manutenção e limpeza do bairro, isto é, com a colecta de lixo, arranjo de jardins, reparação de equipamentos comunitários?

R: Preocupa-se o suficiente, não consegue é educar as pessoas, é genético, faz parte da maior parte das pessoas. EX, não vão pôr o saco do lixo ao contentor, é mais fácil atirá-

lo da janela abaixo, se atingir alguém, é bem feito pois não devia ter passado naquele momento. Sujam mas não limpam, estragam mas não consertam. Não há Câmara que resista.

10. Qual é a realidade (criminal) vivida no bairro amarelo da Bela Vista?

R: Existem muita droga, armas ilegais, poucos furtos, muita violência doméstica. A nível Nacional é o bairro onde se recuperam mais viaturas furtadas, o que é sintomático de quem as furta. A criminalidade de maior gravidade não é praticada no bairro, é praticada por pessoas do Bairro e é praticada a nível nacional por essas pessoas.

11. Existe tráfico de droga no bairro? Como e quais são os espaços que utilizam para esse fim?

R: Sim existe muito tráfico.

Utilizam residências, pontos estratégicos de fuga, como por exemplo túneis de acesso aos pátios, escadas de acesso a prédios, entre ruas, casas devolutas em prédios etc.

12. Os índices de criminalidade do bairro, registados na PSP, não são muito elevados. Isto deve-se às chamadas cifras negras ou de facto não se verifica a prática de um nº elevado de crimes dentro do bairro?

R: A criminalidade denunciada não é muito elevada. Existe muito tráfico. Neste bairro residem os criminosos que raramente praticam os crimes no seu bairro.

13. Qual é a actuação da elementos PSP dentro do bairro? Existe um patrulhamento constante e equipas do PIPP?

R: O patrulhamento é feito em CP e existe um elemento PIPP no bairro que não consegue impor-se como deveria por falta de confiança e confidência da maior parte dos residentes. Mas está a integrar-se e a tentar aos poucos trazer a si a população adversa.

14. Até que ponto a arquitectura do bairro dificulta a actuação destes elementos?

R: Prejudica a sua acção pois como disse no bairro e em termos de construção clandestina nos edifícios é o salve-se quem puder. Os prédios têm corredores extensíssimos com construções várias no meio, impeditivas do cidadão normal passar mas que possibilita a fuga dos meliantes.

15. Crime Prevention Through Environmental Design (CPTED). Conhece este conceito e as suas estratégias de aplicação?

R: Conheço relativamente bem.

16. A CPTED assenta na cooperação de vários “actores”. Considera importante que a concepção, o planeamento e a construção (a nível local) seja levada a cabo por uma equipa de Arquitectos, Urbanistas, Projectistas, Forças de Segurança, Órgãos do Governo (Câmara Municipal) e Comunidade?

R: Considero fundamental a conjugação de esforços e conhecimentos das várias forças, cada uma na sua área para a construção de bairros de qualidade, quer em termos urbanísticos, paisagísticos de segurança e arquitectónicos. No entanto o Bairro da Bela Vista não tem alternativa a não ser a sua demolição e construção de raiz.

17. Mesmo não existindo a formação de uma equipa CPTED, considera importante que a Polícia tenha uma participação no ordenamento do espaço urbano, por exemplo, emitindo pareceres, apenas no âmbito da segurança, acerca do planeamento e dos projectos a serem desenvolvidos?

R: Evidentemente que a Polícia deveria ter sempre uma palavra, através dos seus técnicos, para o projecto de bairros, nomeadamente bairros sociais. No entanto no Bairro da Bela Vista existem várias parcerias onde a PSP está presente e é parceiro activo noutras vertentes que não as enumeradas.

18. Seria importante existirem acções de formação da CPTED, principalmente, para Arquitectos, Urbanistas e Policias?

R: Claro, a formação é sempre a base de qualquer projecto, não se pode começar a casa pelo telhado.

19. Existem algum projecto de remodelação do bairro ou de intervenção no bairro que tenha conhecimento e em que o comando distrital de Setúbal (PSP) esteja envolvido?

R: Em termos de remodelação do Bairro existe projectos de remodelação da CMS, no entanto a PSP não está envolvida nesse projecto, à excepção do projecto Setúbal mais limpo.

Entrevista 5

Entrevistado: Intendente Bastos Leitão

Função/cargo: Comandante Comando de Setúbal

Data: 12 Março de 2010

1. O que significa para si Segurança Urbana e Prevenção Criminal?

R: Assim dito, significará que toda a envolvente urbana deve ser construída de tal forma, que tenha em causa os princípios basilares da prevenção criminal, como: a eliminação de obstáculos visuais e a construção de espaços de vivência públicos que não levem a situações de risco. Portanto, o conceito à partida deverá envolver estas duas nuances, como construir e usufruir do espaço urbano tendo em linha de conta a questão da segurança pública.

2. Crime Prevention Through Environmental Design (CPTED). Conhece este conceito e as suas estratégias de aplicação?

R: Conheço.

3. O que pensa acerca da CPTED aplicada ao espaço, com o objectivo de prevenir o crime e de aumentar a segurança?

R: É muito viável. Este conceito surge na década de 70, e já tem sido aplicado em muitos locais e muitos bairros, ao nível urbano, pelo menos nos EUA. Não sei se noutros países também. O conceito faz todo o sentido especialmente hoje em dia, basta visitar alguns dos bairros suburbanos que temos, como por exemplo o Bairro da Bela Vista que é onde eu trabalho. Este Bairro foi desenhado, visivelmente, sem haver o conhecimento da realidade e do risco que eles põem ao nível criminal. Pracetas fechadas sobre si próprias apenas com uma entrada e uma saída, 5 km de varandas quase contínuas em muitos prédios que tornam muito difícil qualquer tipo de progressão ao nível da segurança, possibilitando, por exemplo, que se possam construir no meio dessas varandas obstáculos, por parte de quem lá vive, o que em termos de segurança é muito complicado para fazer buscas e entradas rápidas. Portanto, o conceito em si tem toda a validade em termos de espaço urbano, designadamente pelo que já disse, pela eliminação de obstáculos, tornar todos os eventuais alvos visíveis não só do interior como do exterior, não fechar os espaços sobre si próprios, tudo isto são as tais barreiras arquitectónicas que são criadas que podem até ter objectivos virtuosos, mas que numa área, quando pensados em termos de segurança, tornam-se claramente viciosos.

4. Os portões que os moradores colocam nos corredores comuns, são uma expressão de marcação de território, controlo de acessos?

R: Em alguns casos são os próprios moradores a defenderem-se, não é tanto uma questão de marcação de territórios.

São barreiras que eles colocam, nuns casos para se defenderem da própria policia, para dificultar o acesso rápido a um determinado apartamento, noutros casos são os próprios moradores que não querem ter nada a ver com o crime, nem querem ser vítimas, e constroem essas barreiras para se auto-protegerem.

5. Os princípios e as estratégias CPTED estão presentes no bairro amarelo da Bela Vista?

R: Não, nem de perto nem de longe. Não existe vigilância natural, controlo natural de acessos, territorialidade, nem manutenção. Em nenhum dos aspectos. Embora não seja dos piores bairros ao nível de acessos rodoviários. O bairro é um conjunto de blocos em que o acesso a esses blocos é bom e não existe problema nenhum, depois quando chegamos dentro dos blocos é aí que a situação se torna muito complicada. Tivemos esse problema nos acontecimentos da Bela Vista em 2009 em que os blocos só por si com aquelas pracetas interiores que só têm um acesso (entrada e saída), são extremamente perigosos para nós porque possibilita que 3 ou 4 andares consigam encontrar um alvo policial que sirva de tiro ao alvo. Portanto é claramente contra todos os princípios daquilo que devia ser a segurança.

O problema não é o acesso aos blocos mas sim a configuração dos blocos que possibilita um protecção a quem quer utilizar o espaço para actividades criminosas. No que toca aos acessos rodoviários, as ruas são largas, existem várias a acessibilidades ao próprio bairro, muitas entradas e muitas saídas. O problema é a falta de vigilância natural, de controlo natural de acessos, aí é que as coisas correm mal.

6. O factor físico do bairro é um factor que influencia/proporciona a pratica de crimes ou o sentimento de segurança?

R: Não sei se é causa ou se é efeito. Não sei se alguém se aproveita da configuração do bairro para levar a cabo as suas actividades criminosas ou se é o próprio bairro que leva a isso. Acho que ninguém pode responder a isso. Acho que não é o próprio bairro, não é só o urbanismo, mas sim a conjugação do urbanismo com a inadequação deste, aquele tipo de população.

7. Mas pode criar oportunidades para o crime?

R: Cria oportunidades, disso não tenho dúvida nenhuma. O ano passado o que nós tivemos na Bela Vista foi 3 ou 4 jovens que do interior dos prédios lançavam coisas para os contentores do lixo ou carros, não possibilitando qualquer acção policial, ou então jovens que faziam raides dos blocos aos contentores mais próximos incendiando-os e correndo de novo para o emaranhado de varandas e corredores, o que torna a situação muito complicada. Mas agora dizer se é causa ou efeito, não lhe sei dizer, mas acho que é a conjugação das duas questões.

Existem ali três comunidades que se tocam na faixa de idades entre os 12 e 20 e poucos anos, quando estão naquela idade de risco de entrarem nas actividades criminais; porque o resto das comunidades mais velhas, entre elas, raramente se tocam, não se interpenetram.

O bairro poderia ter sido construído de outra forma para poderem ter outro tipo de vivências, mas como são obrigadas urbanisticamente a viver num espaço onde estão condenadas a não se entrecruzarem socialmente, porque fisicamente eles são obrigados a fazê-lo. Mas em termos sociais só se tocam nesta faixa criminógena, entre os 12 e os 20 e poucos anos.

Portanto, não lhe sei dizer se o urbanismo é culpado ou se o urbanismo é apenas um factor que enfatiza ainda mais o risco de haver crime ali naquele bairro

8. O bairro é classificado como uma Zona Urbana Sensível? De que forma a concepção e a manutenção do bairro contribuem para classificar o bairro como uma zona urbana sensível?

R: É classificado como uma zona urbana sensível de cor vermelha.

9. Considera que a dimensão do bairro, as galerias, os pátios constitui um problema? No caso da Bela Vista, poderão estas características arquitectónicas causar a ausência de um sentimento de territorialidade e criar “espaços de ninguém”?

R: Sim, sem dúvida. O mesmo espaço tem de ser partilhado por muita gente, e muita gente de estruturas culturais diferentes. Portanto podemos ter no mesmo corredor pessoas de etnia cigana, etnia negra e caucasianos; no mesmo corredor pessoas com hábitos sociais completamente diferentes.

O bairro não respeita os hábitos culturais de cada uma das fracções que vivem nele, propiciando ele próprio, nesse tipo de situações, conflitos entre as diferentes etnias. As diferentes concepções culturais partilham o mesmo espaço, não é o bairro, é a mesma varanda que muitas vezes tem 4 ou 5 apartamentos, em que em 3 ou 4 temos famílias de 1ª geração africana, famílias de 2ª geração africana com hábitos e valores mais ocidentalizados, uns tocam música às 3 da manhã, outros já não toleram esse tipo de situações; depois temos as pessoas de etnia cigana que tem aqueles hábitos muito típicos deles de juntar as famílias e fazer os banquetes; isto tudo na mesma varanda, e o espaço não está dimensionado, não foi criado para aquele tipo de situações.

10. Os moradores consideram aquele espaço adstrito ao bairro como seu?

R: Consideram o espaço como seu, mas em conflito. E daí que no meio desses corredores é erigida uma grade do nada como se aquilo fosse “o meu pedacinho”, ou seja aquela gente anseia pelo seu pedacinho, principalmente pessoas de 1ª geração que vieram de África, onde a terra tem um valor forte, e não têm a hortinha para produzir os seus produtos hortícolas, daí se ver em alguns locais pequenas hortas dentro das varandas, que é sinonimo do apego cultural à terra. O problema é que o espaço não está configurado para isso.

As pessoas que vivem no bairro têm orgulho sua na Bela Vista, só que a sua Bela Vista é vista por muitos como um lugar edílico que não existe na prática. As pessoas gostam de representar para o exterior uma Bela Vista, que quando chegamos lá não existe em lado nenhum. A bela vista em que as pessoas convivem não existe, cada um tem os seus grupinhos de amigos como em qualquer outro bairro, mas todo o espaço torna muito difícil a existência de lugares de convívio, as pessoas juntam-se na associação cultural África, na ACM e num ou outro café. Esses espaços interiores idealizados para convívio, custa-me a crer que alguém concebeu aquilo idealizando-os como lugar de convívio, como lugar de bailarico. O mais natural, principalmente com pessoas com pouca cultura, desenraizadas, sem hábitos de higiene culturalmente falando ou com hábitos de higiene diferentes dos nossos, é que aquele espaço não venha a ser cuidado como as típicas praças de Alfama, por exemplo.

11. E se existisse mobiliário urbano?

R: Era rebentado num curto espaço de tempo. Faz parte da teoria da Broken Windows, aliás basta ler um pouco desta teoria para perceber que a colocação deste tipo de material não teria qualquer sucesso.

A Câmara Municipal vai gastar agora 7 milhões de Euros num plano de recuperação de todo o bairro recorrendo ao Quadro de Referências Estratégico Nacional (QREN). Vai pintar, vai colocar mobiliário urbano, vai construir parques, e eu dou um ano para que a degradação de tudo isto seja evidentes, vão começar a aparecer logo os graffitis, os bancos vão ser vandalizados. Aquilo vai ser completamente vandalizado em muito pouco tempo, porque não basta existir um rejuvenescimento do espaço público, sem que primeiro haja um rejuvenescimento social. Se não existir um rejuvenescimento social a par do rejuvenescimento urbanístico a consequências imediata e obvia é a degradação do espaço.

Existem algumas instituições sociais mas cada um trabalha para o seu lado, não existe uma coordenação entre o trabalho das várias instituições. A PSP faz o seu trabalho, a Cáritas faz o seu papel, a associação africana faz o seu, e ninguém trabalha em conjunto. O que acontece é por exemplo, a Cáritas trata das crianças e jovens mal tratados em casa, mas ninguém trata da família, ninguém apoia a família na sua génese, daí resulta um trabalho absolutamente inglório, porque o problema não está na criança que sofre agressões físicas desde bebé ou que ingere bebidas alcoólicas desde cedo, isso é uma consequência. Ou se não existe um apoio errado à família, pois dão-lhe o peixe mas ensinam a pesca, que é o que acontece na maioria das instituições.

O que nós temos ali naquelas famílias em que os filhos entram em actividades criminosas, é uma transferência de violência geracional, em que a 1ª geração teve um problema criminal, a partir daí entrou num ciclo de estigmatização e exclusão social, os filhos já nascem naquele clima e entram na criminalidade. Transfere-se a violência de geração para geração sem nunca ninguém tentar quebrar naquela família este ciclo, preocupam-se antes em dar o RSI, um saco com bens alimentares, portanto, chama-se a isto caridade e não resolução do problema.

12. Existe boa iluminação no bairro?

R: Não é suficiente, mas a configuração urbanística do bairro não possibilita muito mais do que aquilo.

Ao nível dos corredores e das escadas esporadicamente encontra um ou outro, porque eles vandalizam-nos todos. Aquele é um bairro utilizado para recepção e tráfico de droga, obviamente que não querem luz, portanto toda a luz que lá for colocada rapidamente é fundida. Em certos sectores, os candeeiros públicos são permanentemente alvejados até rebentar a lâmpada, sempre que pressentem que a luz pode prejudicar as suas actividades. Não adianta a Câmara Municipal trocar as

lâmpadas ou colocar holofotes, só se forem protegidos contra tiros e eles mesmo assim arranjam forma de acabar com a luz.

Não existem grandes hipóteses de o bairro vir a ter uma iluminação suficiente e desejável, mas à noite as artérias principais têm iluminação, embora não abrangendo os passeios, os passeios são escuros e nenhuma fachada é iluminada.

A nossa esquadra está constantemente leva com a porcaria dos andares de cima e o sentinela não consegue ver de onde vem, é escuro de facto. Alias o ano passado nos incidentes esse foi um dos principais problemas, porque o bairro tem tantos becos, tantas reentrâncias, tantas zonas que dão para encobrir facilmente qualquer tipo de actividade, que se torna muito difícil para a polícia progredir no terreno e recuperar território quando é necessário.

13. Concorda com a localização da esquadra?

R: A esquadra deve estar naquele bairro, não podia era estar inserida num prédio de habitação. Nem ali, nem em lado nenhum. Até no bairro mais nobre da cidade nunca uma esquadra deveria estar inserida num prédio de habitação. Isso é muito mau.

Na esquadra da Bela Vista, por vezes arremessam desde calhaus, cuspos, fezes, tudo e mais alguma coisa, dos andares que se encontram em cima. A polícia tem de ter um espaço em que lhe seja possível dominar toda a área envolvente, ali não. Quando existem incidentes, primeiro os polícias têm que dominar o edifício todo que existe em cima da esquadra e dominar todos os ângulos possíveis em que seja possível alvejar a esquadra. Seguidamente, dominar a área envolvente à esquadra, as várias artérias, etc; mas isto torna-se muito complicado porque existem demasiados ângulos mortos.

14. Considera o bairro um Gueto?

R: Não. O bairro é fechado sobre si socialmente, mas não urbanisticamente. Não é isolado no sentido de que ninguém lá pode entrar, mas é fechado socialmente. Pensamos na bela vista e dizemos “alto! A bela vista não”. Existem pessoas que defendem a tese de ter lá alguns organismos públicos, o certo são que nenhum desses organismos públicos lá mete serviços, mas defendem que a PSP vá para lá. A PSP deve estar lá na “frente de teatro”, mas eles ficam apenas a “bater palmas” cá do outro lado, e temos vários exemplos, a Câmara Municipal não tem lá nenhum serviço, nem perto, mas quer que a PSP lá esteja, quer mais valências lá dentro.

15. Qual é a realidade (criminal) vivida no bairro amarelo da Bela Vista?

R: Muita violência doméstica, muita mesmo. Violência doméstica incontável e de todo o género, não é só contra as mulheres, contra as crianças, os idosos; os núcleos familiares são de facto violentos, o nível cultural é muito baixo, as pessoas que vivem do rendimento inserção social é a esmagadora maioria, e a realidade criminal ali é um pouco isto: temos jovens, cada vez mais precoces, com um alto insucesso escolar logo desde os primeiros tempos, porque as famílias saem às 6h da manhã de casa para trabalhos precários, aqueles que têm trabalho, e voltam às tantas da noite, ficando a camada jovem entregue a si própria, desde muito pequeninos, naquele ambiente altamente promíscuo. Isto leva ao tráfico e consumo de drogas, muita receptação.

O bairro da Bela Vista é também sobretudo um bairro de criminalidade muito sofisticada, este bairro é exportadora de uma categoria de jovens entre os 14 e os 20 e poucos anos, que exporta criminalidade com alguma sofisticação, até leria/Coimbra, a norte, e até faro, a sul. Portanto tem um raio de acção enorme, mas este momento estão a actuar muito em Lisboa. Portanto são jovens que fizeram escola geracionalmente, que aprenderam certos modus operandi a nível criminal, por exemplo, ao nível do furto de viaturas e dos ATM's, havendo portanto um conjunto de Jovens com "know-how" que não é habitual noutras zonas do país. Portanto, esta é uma peculiaridade do bairro em matéria criminal, já com alguma extensão de jovens em que os grupos são flutuantes, não existem grupos específicos formados, mas sim grupos que se auto-configuram conforme o objectivo e o tipo de alvo do momento. Isto é muito peculiar ali na bela vista e existe um grande número de jovens com capacidade "técnica" para este tipo de criminalidade.

Mas basicamente a realidade criminal é o tráfico de droga, a receptação, muita violência doméstica em que a maior parte não é denunciada às autoridades, este tipo de grupos que têm estas características muito próprias em matérias de raides e depois tudo ali à volta, por exemplo, a Avenida Bento Jesus Caraças é uma Avenida muito flagelada por estes pequenos raides que um jovem ou dois vai fazer e voltam de imediato ao bairro que é o coito, o refúgio.

16. Os índices de criminalidade do bairro, registados na PSP, não são muito elevados. Isto deve-se às chamadas cifras negras ou de facto não se verifica a prática de um nº elevado de crimes dentro do bairro?

R: Não tenho dúvidas que ali, como na maior parte dos ZUS, todos se conhecem uns aos outros, têm "códigos" de não ataque mútuo, utilizando o bairro mais como refúgio

das actividades criminosas. Portanto, entre eles há um pacto de não agressão. E as pessoas que vão há bela vista raramente são vítimas de crime.

Dentro do bairro é normal não haver criminalidade, porque há um pacto, todos se conhecem e se o fizerem a seguir há retaliações. A criminalidade é praticada no exterior, ou em coisas muito sofisticadas ou em raides muito rápidos em que se vai, faz-se um furto muito rápido e volta-se a correr para dentro do bairro.

Se analisa-se-mos a bela vista e a zona envolvente, tínhamos a bela vista com uma tonalidade amarelada, e à medida que nos afastamos aumentaria a tonalidade até um determinado raio. Num raio de 200 metros à volta da bela vista teríamos círculos a aumentar de tonalidade e depois desses 200 metros a baixas a tonalidade.

O grande problema do bairro, passa pela falta de controlo social, se o bairro não for controlado socialmente vamos assistir no futuro à degradação a chegar às zonas limites da bela vista e o cenário cada vez pior. Porque actualmente já existem miúdos que são da zona da Av. Bento Jesus Caraça e dos bairros mais a cima, que já começam a fazer grupos com os da Bela Vista. Começa a existir determinado tipo de associações que vão continuar a crescer se ninguém controlar, o que é preocupante. Estamos a falar da exclusão social das famílias, de famílias desestruturadas, de crianças e jovens entregues a si próprios desde tenra idade e que procuram na associação de grupo de bairro qualquer coisa em que se liguem socialmente, porque em casa não existe.

17. A Droga é um grande problema ali no bairro. Como explica a ausência de crimes de tráfico e consumo de droga nas estatísticas criminais?

R: Por causa do próprio bairro. Eles podem perfeitamente injectar-se naqueles 5 km de corredores sem luminosidade, sendo para a polícia visualmente impossível detectar. Por outro lado, aquilo já é uma realidade tão normal para as outras pessoas que lá vivem, que apenas denunciam quando se querem vingar de alguém.

18. E o sentimento de insegurança, existe dentro do bairro?

R: Nem toda a gente reage da mesma maneira aos acontecimentos criminais, às incivildades ou à degradação. É claro que se crescermos num espaço em que aquele padrão é a normalidade social, não existe sentimento de insegurança porque vivemos e convivemos perfeitamente com aquela realidade. Não acontece o mesmo com alguém que vá viver para o bairro e que subitamente vê aquela anomia social, aquela degradação urbana e social e que acha tudo aquilo muito ameaçador.

Aquela população que lá vive, vive naturalmente e encaram aquilo como a sua bela vista, às vezes idealizando um bocado mais do que aquilo é.

As pessoas não se sentem inseguras porque vivem naquela realidade, não têm outra saída, ou sabem conviver com esta realidade ou ficam reféns em casa. E é um facto que as pessoas sabem viver com aquela realidade, porque se formos ao bairro vê-mos as crianças a brincar na rua, e nenhum pai deixava a sua criança sozinha a brincar na rua se pressentisse que havia um risco real sobre a mesma.

Portanto, o sentimento de insegurança é mais de fora para dentro, porque dentro as pessoas sabem conviver e sabem qual a probabilidade de risco que têm.

Dos 220 crimes em dois anos, para uma população de cerca de 7000 pessoas, embora as estatísticas oficiais apontem para cerca de 2500 pessoas, o que não é verdade, porque a Câmara Municipal estima cerca de 7000 pessoas a viver dentro do bairro, estamos a falar de uma baixíssima taxa de criminalidade.

No entanto, não significa de não exista uma cifra negra lá dentro. Existe uma cifra negra, e enorme entre eles. Só que existe o tal “código” entre eles e ir à polícia é uma agressão entre eles e os problemas resolvem-se entre eles. Muitas vezes a PSP detecta situações em que as pessoas simplesmente não querem prestar queixa. Isto não significa que tenham medo da polícia, é mas é o código que existe entre eles e ir à polícia é uma agressão grave do que resolverem as situações através de agressões físicas ou injúrias.

19. Na zona circundante ao bairro existem condomínios novos e o parque da bela vista. Existe a o abandono destes espaços por parte do resto d população devido à presença do Bairro ali?

R: Usam pouquíssimo esse espaço, porque para chegar até lá têm que passar pelo estigmatizado bairro da Bela vista, têm que deixar o carro em locais onde ficam fora da linha de vista e correm um grande risco de serem furtados. Eu durante algum tempo utilizei o parque da bela vista para a prática desportiva, até perceber que estava a correr algum risco. Basta lá estar uma hora para começar a ver os nossos piores clientes a atravessarem o parque vindo da zona das Manteigadas, e da manha então é óbvio, em que foram para a noite cometer crimes para outro sitio qualquer e quando chegam atravessam o parque.

20. Qual é a actuação da elementos PSP dentro do bairro? Existe um patrulhamento constante e equipas do PIPP?

R: Existe o PIPP, só que o PIPP naquele bairro tem as suas limitações. Eu sou um fervoroso defensor do policiamento de proximidade, só que o policiamento de proximidade não é uma “aspirina para todos os males”, e no caso da bela vista o elemento do PIPP não consegue entrar na comunidade cigana porque entre eles diz-se que os policias só se querem aproximar da comunidade para detectar quem está a receber o RSI indevidamente, e têm medo que a policia denuncie à segurança social que eles não deviam estar a receber. Portanto nesta comunidade não conseguimos entrar enquanto tiverem esta ideia, este receio. No entanto temos sucesso junto da comunidade mais idosa, temos uma boa resposta por parte da 1ª geração da comunidade africana, o resto não existe. O resto das comunidades não quer grandes comunhões com a polícia porque significa que ser significado que alguém está a fornecer informações à polícia.

Não vai ser muito fácil implementar ali um policiamento de proximidade com resultados bons em matéria de prevenção criminal, seria preciso uma bateria enorme de agentes com um trabalho de alguns anos. Mas é muito complicado.

A nível do patrulhamento, faz-se a patrulha normal, a PSP não tem qualquer tipo de problema, não há história nenhuma de agressão nesse tipo de situação, no caso dos incidentes da Bela Vista, os agentes de proximidade tiveram alguma dificuldade, foram a determinados pontos a que sempre foram e aí foram avisados e aconselhados a não entrar em certos locais, por parte da população. Mas os policiais vão a todo o lado, não existe problema, embora em certos edifícios não possa ir só um elemento ou uma patrulha, mas sim uma EIR, uma equipa dissuasora de eventuais agressões. De resto, existem as situações de reacção como resposta a situações de emergência, em que as pessoas chamam.

Os agentes conhecem muito bem o bairro, sabem lidar com as situações e gostam do trabalho que fazem, porque nem sempre o ambiente é ostensivo para os polícias de tal forma a que se torne insuportável. Vão conhecendo situações, quem são os bons e maus, eles próprios fazem esta distinção naturalmente e há um passa palavra entre os agentes dos pontos que são verdadeiramente perigosos, tantos dos apartamentos mais perigosos como locais no Bairro, e sabem que quando vão a determinado ponto têm que ir com mais cuidado ou precavidos com uma EIR. Mas normalmente não existem problemas, nem a nível de proximidade nem em termos de intervenção de emergência.

21. A câmara municipal preocupa-se com a manutenção e limpeza do bairro, isto é, com a colecta de lixo, arranjo de jardins, reparação de equipamentos comunitários?

R: A Câmara preocupa-se, mas intervêm pouco ao nível das praças, porque o atirar de lixo dos fogos cá para baixo para as praças é uma constante, tinham de andar sempre lá brigadas para isso, e inclusive já fizeram campanhas. A própria Câmara se queixa que quando vai aos apartamentos vê situações inacreditáveis, desde de arrancarem as ombreiras das portas para fazerem fogueiras, utilizam as banheiras para fazerem canteiros. São pessoas com hábitos sociais muito complicados.

Aquilo não tem futuro enquanto Bairro, um dia destes aquilo tudo vai ter que implodir e aquelas pessoas ser divididas e fragmentadas em pequenos núcleos sociais, não só em Setúbal, mas à volta de Setúbal, onde se possa então trabalhar em pequenos núcleos, onde as pessoas sintam a pressão do social em termos de hábitos para com elas, caso contrário, estão os agentes sociais a tentar trabalhar com cada um deles e não terão nenhum sucesso porque tudo o que rodeia aquelas pessoas é um ambiente de promiscuidade, sujidade, falta de hábitos.

A Câmara agora vai limpar e pintar o Bairro, e daqui a um ano aquilo vai voltar ao mesmo, eu falo com as assistentes sociais da Câmara e o que elas me dizem é exactamente isso, que aquele espaço vai voltar ao mesmo.

22. A CPTED assenta na cooperação de vários “actores”. Considera importante que a concepção, o planeamento e a construção (a nível local) seja levada a cabo por uma equipa de Arquitectos, Urbanistas, Projectistas, Forças de Segurança, Órgãos do Governo (Câmara Municipal) e Comunidade?

R: Não é só importante, é fundamental. Aliás neste momento em Paris e em redor de Paris, estão se a deitar a baixo aqueles grandes edifícios de muitos andares, da década de 60, onde colocaram lá a população de imigrantes, estão a implodir cada um destes edifícios e as pessoas estão a ser realojadas noutra conceção urbanística em construção muito mais baixa, menos densa, com espaços de convivência para o exterior e não para o interior. Quem está a participar nisto são as Forças de Segurança, a protecção civil, e toda a gente que tenha alguma a ver com a manutenção posterior do espaço.

Só pode ser assim, não pode ser de outra maneira. Mas as pessoas têm que perceber que a segurança é uma valência importante e que não é uma coisa que cabe só à polícia, pois um grande problema da sociedade portuguesa é que a Segurança é a polícia, e enquanto o discurso não sair: os policias têm que garantir a segurança, e as

peessoas não perceberem que existem conceitos muito mais para a frente do que apenas os policias a garantir segurança, pois os policias não vão chegar se largarem na PSP toda a responsabilidade da segurança. A segurança hoje faz-se pela manipulação do espaço para que as condições de risco sejam claramente menores. Existem ensinamentos, porque é nós não utilizamos os ensinamentos? A criminologia tem imensos exemplos de coisas que podem ser feitas ao nível da manipulação do espaço urbanístico para que isto não aconteça, porque é que se continua a pensar que só tem a ver com as pessoas? É o que temos...

23. Mesmo não existindo a formação de uma equipa CPTED, considera importante que a Polícia tenha uma participação no ordenamento do espaço urbano, por exemplo, emitindo pareceres, apenas no âmbito da segurança, acerca do planeamento e dos projectos a serem desenvolvidos?

R: Fundamental.

Difícilmente vê a policia a participar nestas acções no sul da Europa, dificilmente vai ver isso em Itália, na Grécia, Espanha e Portugal, por uma razão muito simples, no sul da Europa durante um século as forças policias foram a mão opressora que o Estado tinha para garantir uma determinada situação politica, todos estes países tiveram ditaduras fortíssimas, em que se optou por olhar para a policia como uma força bruta sem qualquer capacidade intelectual e que apenas serve para garantir aquilo que o Estado quer ver aplicado em termos sociais, portanto a legitimidade que a policia tem nesse tipo de fóruns é muito reduzida, não quer dizer que não se esteja a começar a crescer, mas ainda é muito reduzida e tem tudo a ver com um historial de mais de 100 anos em que estas forças de segurança eram a força bruta do Estado para garantir a supremacia politica de um determinado tipo de regime, e isto só foi há 30 anos. Dentro destes 30 anos ainda tivemos uma geração de policias que pensavam assim, portanto, está a começar a nascer uma geração policial claramente mais educada e que se está a começar a afirmar neste tipo de fóruns. Em Portugal a polícia consegue maior acesso com o poder local, as câmaras, quando se trata do poder central a policia tem muito menos acesso aos decisores. Um bom caso com o poder local é de Oeiras, com o presidente Isaltino Morais, em que ele diz que a polícia é um parceiro fundamental e que foi muito graças a ela que se conseguiu fazer de Oeiras o primeiro bairro sem barracas. No porto, a demolição do bairro do Aleijo foi feita pelo Rui Rio com um trabalho muito perto e sério por parte da PSP, não está é oficializado por questões

políticas, mas foi a PSP que indicou os problemas e as pessoas mais problemáticas, de forma a não mudar apenas o problema de sítio.

O parecer ou a certificação é um crédito que se dá a uma força policial, que ela sabe ganhar. A questão é a PSP sabe ganhá-lo, quantos oficiais conhecem o conceito? Ou seja todos os oficiais, num determinado local que sejam chamados pelo presidente de Câmara têm conhecimentos para dar um parecer? O ISCPSI deveria dar formação aos oficiais em coisas que são básicas em matéria de prevenção policial, e o urbanismo é uma das matérias mais importantes numa polícia urbana.

24. Existem algum projecto de remodelação do bairro ou de intervenção no bairro que tenha conhecimento e em que o comando distrital de Setúbal (PSP) esteja envolvido?

R: Existe um projecto, mas a polícia não está envolvida. Esperam apenas que a polícia venha depois a trabalhar para a manter o bairro, o que é muito difícil.

O que deve ser feito é uma implosão, separação e reorganização social daquilo tudo, qualquer medida a aplicar naquele espaço muito dificilmente terá frutos.